

Diário do Legislativo de 17/08/2001

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 268ª Reunião Ordinária

1.2 - 139ª Reunião Especial

1.3 - Reuniões de Comissões

2 - ORDEM DO DIA

2.1 - Comissão

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - MANIFESTAÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 268ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 14/8/2001

Presidência dos Deputados Ivo José, Olinto Godinho e Dalmo Ribeiro Silva

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Ofícios - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 1.674 a 1.682/2001 - Requerimento nº 2.463/2001 - Requerimentos dos Deputados Dalmo Ribeiro Siva, João Pinto Ribeiro e Durval Ângelo (3) - Comunicações: Comunicação da Comissão de Administração Pública - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Durval Ângelo, Sargento Rodrigues, Dinis Pinheiro, Arlen Santiago e Rogério Correia - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Designação de Comissões: Comissões Especiais para Emitir Pareceres sobre as Propostas de Emenda à Constituição nºs 58, 59 e 60/2001 - Leitura de Comunicações - Despacho de Requerimentos: Requerimentos dos Deputados Durval Ângelo (3) e João Pinto Ribeiro; deferimento - Votação de Requerimentos: Requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; aprovação - 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: chamada para verificação de quórum; inexistência de quórum para votação de proposta de emenda à Constituição - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 899/2000; requerimento do Deputado Chico Rafael; aprovação do requerimento - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 930/2000; questão de ordem; suspensão e reabertura da reunião; votação do Substitutivo nº 1, salvo emendas; aprovação; prejudicialidade da Emenda nº 3; votação da Emenda nº 1; rejeição; votação da Emenda nº 2; rejeição - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.137/2000; requerimento do Deputado Chico Rafael; rejeição do requerimento; votação do Substitutivo nº 1; aprovação - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.244/2000; aprovação - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.050/2000; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 252/99; aprovação na forma do Substitutivo nº 1; declaração de voto - Chamada para verificação de quórum; existência de número regimental para votação de proposta de emenda à Constituição; questões de ordem; nova chamada para verificação de quórum; inexistência de número regimental para votação de proposta de emenda à Constituição - 3ª Parte - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio - Adelino de Carvalho - Adelfo Carneiro Leão - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Anderson Adauto - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Benê Guedes - Cabo Morais - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Durval Ângelo - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Ermano Batista - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Ivair Nogueira - João Batista de Oliveira - João Leite - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Henrique - Kemil Kumaira - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Mauro Lobo - Miguel Martini - Paulo Petersen - Paulo Piau - Pinduca

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Ivo José) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O Deputado Wanderley Ávila, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. José Ferraz da Silva, Presidente do Tribunal de Contas do Estado, encaminhando relatório de atividades desse Tribunal no segundo Trimestre de 2001. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. José Ferraz, Presidente do Tribunal de Contas do Estado (2), prestando informações relativas a pedidos contidos nos Requerimentos nºs 1.949/2001, do Deputado Sargento Rodrigues, e 2.019/2001, da Comissão de Transporte.

Do Sr. Mauro Santos Ferreira, Secretário de Administração, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 642/99, em atenção a pedido da Comissão de Justiça. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 642/99.)

Do Sr. Mauro Santos Ferreira, Secretário de Administração, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 1.141/2000, em atenção a pedido da Comissão de Justiça. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.141/2000.)

Do Sr. Murílio de Avellar Hingel, Secretário da Educação, prestando informações relativas a pedido contido no Requerimento nº 2.232/2001, do Deputado João Pinto Ribeiro.

Do Sr. Humberto Jacques de Medeiros, Procurador da República, solicitando informações sobre as audiências públicas trimestrais que devem ser realizadas nesta Casa para prestação de contas da gestão estadual do SUS.

Do Sr. Artur Cândido Filho, Presidente da Câmara Municipal de Araçuaí, solicitando a realização de audiência pública para se discutir a proposta de regionalização da saúde no Estado. (- À Comissão de Saúde.)

Do Cel. BM José Maria Gomes, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, apresentando comentários a respeito do Projeto de Lei nº 1.439/2001. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.439/2001.)

Do Sr. Breno Montoni, Chefe de Gabinete do Secretário de Transportes e Obras Públicas, encaminhando cópia de convênio celebrado entre a Secretaria de Transportes e Obras Públicas, a Secretaria de Ciência e Tecnologia e o IEPHA-MG. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. José Pereira da Silva, Diretor Substituto do Departamento de Gestão do Fundo Nacional de Assistência Social, comunicando a transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. José Roberto Avelar, Coordenador do CACS-FUNDEF-MG, agradecendo o envio do relatório final da CPI do FUNDEF.

Do Sr. Francelino Caetano Rocha, Chefe de Gabinete do Diretor-Geral do DER-MG, informando, em atenção ao Requerimento nº 2.193/2001, do Deputado Pastor George (asfaltamento do trecho que liga a BR-381 ao Distrito de Itaim), que tal estrada é de responsabilidade do município.

Do Sr. Wilson Luiz da Silva, Presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, solicitando a realização de uma reunião para tratar da assistência técnica e extensão rural pública em Minas Gerais. (- À Comissão de Política Agropecuária.)

Do Sr. João Moraes Mendes, Presidente do Movimento Internacional Pró-Cristianismo, relatando fatos ocorridos com ele ao procurar a Defensoria Pública do Estado. (- À Comissão de Direitos Humanos.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente (Deputado Olinto Godinho) - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 1.674/2001

Declara de utilidade pública o Centro de Apoio e Solidaried'Aids - Grupo Casa, com sede no Município de Juiz de Fora.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Centro de Apoio e Solidaried'Aids – Grupo Casa, com sede no Município de Juiz de Fora.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 6 de agosto de 2001.

Alberto Bejani

Justificação: O Centro de Apoio e Solidaried'Aids - Grupo Casa é uma associação civil, filantrópica, em funcionamento há mais de dois anos. Destacam-se entre os objetivos da associação, enumerados no art. 3º de seu estatuto, os seguintes: apoiar os portadores de HIV e os doentes de AIDS, promovendo recursos sociais, psicológicos, econômicos, etc.; coordenar atividades sociais (aniversários, datas comemorativas, etc.); promover visitas, domiciliares ou nas instituições onde se encontrarem, a portadores de HIV e doentes de AIDS (presídios, hospitais, etc.); envidar esforços pela elaboração de leis e seu cumprimento, visando o apoio governamental aos portadores e o combate ao preconceito e discriminação; providenciar orientação e acompanhamento jurídico para os portadores e seus familiares, quando necessário.

Além de ressaltar o caráter eminentemente filantrópico de seus objetivos, convém informar que o referido Centro é uma associação com personalidade jurídica própria e que seus Diretores, reconhecidamente idôneos, não são remunerados pelo exercício de seus cargos.

Desta forma, conto com o apoio dos colegas parlamentares para que esta proposta de lei seja acolhida.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.675/2001

Declara de utilidade pública o Centro de Lazer Cultural Célia Villela Pereira, com sede no Município de Serranos.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Centro de Lazer Cultural Célia Villela Pereira, com sede no Município de Serranos.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 6 de agosto de 2001.

Antônio Carlos Andrada

Justificação: O Centro de Lazer Cultural Célia Villela Pereira, fundado em 12/12/95 com a denominação original de Associação de Desenvolvimento Comunitário de Serranos, é uma sociedade civil sem fins lucrativos de duração indeterminada e tem seus estatutos registrados sob os nºs 128 e 154, no livro A-2 do Cartório de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Aiuruoca.

A entidade vem desde sua fundação realizando um trabalho altamente meritório em prol da comunidade de Serranos, através da promoção de uma série de atividades e eventos culturais, como cursos em várias modalidades, palestras técnicas, exibição de filmes educativos, bem como espetáculos artísticos em geral. Destacam-se entre os cursos ministrados os de alfabetização de adultos, culinária e afins, teatro amador, corte e costura, fabricação de queijos e informática, que muito têm contribuído para a melhoria do mercado de trabalho e o desenvolvimento comunitário local.

Pelas razões expostas, e considerando que o Centro de Lazer Cultural Célia Villela Pereira comprovou, pela documentação que instrui o processo, preencher os requisitos, previstos no art. 1º da Lei nº 12.972, de 27/7/98, que regula a concessão do título declaratório de utilidade pública, contamos com o apoio dos nobres colegas parlamentares à aprovação deste projeto, como forma de premiar a valiosa contribuição que essa entidade vem prestando à população de Serranos.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.676/2001

Declara de utilidade pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Pomba, com sede nesse município.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Pomba, com sede nesse município.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 6 de agosto de 2001.

Antônio Carlos Andrada

Justificação: O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Pomba, com sede e foro no Município de Rio Pomba, é órgão classista, de massas, autônomo e democrático, sem fins lucrativos e de duração indeterminada. Fundado em 9/12/92, vem, desde então, cumprindo regularmente suas finalidades estatutárias, entre as quais se destacam as de representação

legal dos trabalhadores rurais na base territorial de Rio Pomba e a proteção dos interesses dessa categoria profissional, abrangendo os assalariados na lavoura, na pecuária e similares e na produção extrativa rural, bem como os trabalhadores rurais autônomos e pequenos proprietários que cultivam sua área em regime de economia familiar.

A entidade possui personalidade jurídica, conforme registro no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da Comarca de Rio Pomba, já tendo sido declarada de utilidade pública pela Lei Municipal nº 1.079, de 1999.

Diante do exposto, tendo em vista que a entidade, conforme documentação apresentada, atende plenamente aos requisitos previstos na Lei nº 12.972, de 27/7/98, tornando-se por isso habilitada ao título declaratório de utilidade pública em âmbito estadual, conto com o indispensável apoio dos nobres parlamentares para a aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Projeto de Lei nº 1.677/2001

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária SEARA, com sede no Município de Várzea da Palma.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária SEARA, com sede no Município de Várzea da Palma.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 8 de agosto de 2001.

Djalma Diniz

Justificação: A Associação Comunitária SEARA tem por finalidade promover ações e serviços beneficentes, dirigidos às pessoas carentes do Município de Várzea da Palma. Satisfaz os requisitos legais de funcionamento há mais de 2 anos, possui prova de personalidade jurídica, diretoria idônea e os membros de sua administração não são remunerados. Por isso, espero contar com a colaboração dos nobres pares desta Casa Legislativa para a aprovação desta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Transporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.678/2001

Dá a denominação de Carlos José de Moura à ponte sobre o rio Araguari localizada na Rodovia MG-223 (divisa dos Municípios de Araguari e Tupaciguara).

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica denominada Carlos José de Moura a ponte sobre o rio Araguari localizada na Rodovia MG-223, na divisa dos Municípios de Araguari e Tupaciguara.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Salas das Reuniões, 14 de agosto de 2001.

Geraldo Rezende

Justificação: A sugestão da referida denominação tem por objetivo prestar homenagem ao Sr. Carlos José de Moura, cidadão araguarino que em vida gozou da mais alta consideração e respeito de toda a população do Município de Araguari e da região.

Indivíduo dotado de marcante espírito solidário e fraterno, não mediu esforços para oferecer ajuda aos economicamente menos favorecidos, além de contar com o reconhecimento de sua honestidade e a sua influência na esfera política dos Municípios de Araguari e Tupaciguara.

O mérito social de suas ações estende-se à ampla visão de variados problemas político-administrativos. Por ocasião da construção da ponte que liga os Municípios de Tupaciguara e Araguari, o Sr. Carlos José cedeu, gratuitamente, abrigo a todos os trabalhadores e espaço para a guarda de equipamentos, além de ter doado madeiras para escoramento e areia, existentes em sua propriedade.

Em face do exposto, conto com o apoio dos nobres pares à aprovação da presente proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Transporte, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.679/2001

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Cachoeira Dourada o imóvel que especifica.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Cachoeira Dourada o imóvel e respectivas benfeitorias constituído de área com 450,00 m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados), localizado nesse município, nas Ruas 3 e 6, registrado sob a matrícula nº 5.759, às fls. 173/174v. do livro nº 6, protocolada no livro 1-B, sob o nº 27.360, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ituiutaba.

Parágrafo único - O imóvel descrito no "caput" deste artigo destina-se ao prosseguimento de seu uso, em definitivo, pela Escola Municipal de Ensino Especial - APAE.

Art. 2º - O imóvel de que trata esta lei reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de três anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista no artigo anterior.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 14 de agosto de 2001.

Arlen Santiago

Justificação: Este projeto de lei tem por finalidade formalizar a doação de imóvel constituído de área total de 450,00m², sendo 91,20m² de área construída, a qual já conta com pareceres favoráveis das Secretarias de Estado de Recursos Humanos e Administração e da Saúde, que concluíram pela conveniência de ser ele doado ao citado município.

Em 1981, o Município de Cachoeira Dourada doou ao Estado o referido imóvel para que funcionasse como uma das unidades de serviços de saúde, o que de fato ocorreu, mas há muito tempo ele perdeu sua função, pois, hoje, é o local onde se encontra funcionando a Escola Municipal de Ensino Especial - APAE.

Estando esse imóvel sendo atualmente ocupado pela referida Escola, faz-se necessária a sua doação para o citado município, a fim de que ela possa atender a uma das exigências do Estado para liberar recursos financeiros, isto é, que o imóvel seja de propriedade do município.

É importante ressaltar que o imóvel se encontra bem conservado pela municipalidade, que arca com todas as despesas para sua manutenção.

Diante do exposto, certamente, este parlamento, reconhecendo as razões que fundamentam esta proposição, se empenhará em aprová-la.

- Publicado, vai o Projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188. c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.680/2001

Institui o Programa Bem Me Quer - Atendimento Especial às Mulheres e Crianças Vítimas de Violência Sexual.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica instituído o Programa Bem Me Quer - Atendimento Especial às Mulheres e Crianças Vítimas de Violência Sexual.

Art. 2º - Consideram-se violência sexual, para os fins do disposto nesta lei, os seguintes crimes definidos no Código Penal Brasileiro:

I - estupro;

II - atentado violento ao pudor;

III - posse sexual mediante fraude;

IV - atentado ao pudor mediante fraude;

V - sedução;

VI - corrupção de menores;

VII - rapto violento mediante fraude;

VIII - rapto consensual;

VIII - perigo de contágio venéreo.

Art. 3º - O Programa Bem Me Quer consiste na assistência médico-legal, médico-assistencial, psicológica, social e jurídica às vítimas dos crimes a que se refere o art. 2º, prestada em hospital previamente conveniado com o poder público.

§ 1º - Nas hipóteses de que trata esta lei, fica assegurado o exercício do direito a que se refere o art. 5º, inciso II, do Código de Processo Penal, mediante o transporte especial em veículo descaracterizado, da delegacia policial em que ocorrer a comunicação do fato delituoso até o hospital a que se refere o "caput" e de lá até a delegacia policial de que a vítima tiver sido transportada ou até o local que vier a indicar.

§ 2º - A elaboração do Boletim de Ocorrência noticiando a violência sofrida, bem como os exames médicos periciais que se façam necessários ocorrerão, obrigatoriamente, no estabelecimento hospitalar a que se refere o "caput".

§ 3º - Os exames médicos a que se refere o parágrafo anterior serão executados por profissionais do sexo feminino, nos casos de violência cometida contra mulheres.

Art. 4º - O Programa Bem Me Quer ficará sob a responsabilidade dos seguintes órgãos públicos, sendo coordenado pelo que vier a ser definido em regulamento:

I - Secretaria de Estado da Segurança Pública;

II - Secretaria de Estado da Saúde;

III - Procuradoria-Geral do Estado;

IV - Ministério Público;

V - Secretaria de Estado do Trabalho, da Assistência Social, da Criança e do Adolescente;

VI - Polícia Militar.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 10 de agosto de 2001.

Maria José Haueisen

Justificação: Um dos principais motivos para que a violência sexual contra mulheres e crianças atinja níveis tão altos é que a maioria das vítimas, por medo ou vergonha, prefere calar-se a expor publicamente seu drama ao procurar as autoridades para denunciar a violência sofrida.

Não são raros os relatos, vez por outra divulgados pela imprensa, de mulheres discriminadas pela própria autoridade policial que deveria ampará-las.

Preocupado em mudar este quadro, o Estado de São Paulo implementou o Programa Bem Me Quer, pioneiro no País, por meio do qual as mulheres e crianças vítimas de violência sexual recebem tratamento diferenciado quando decidem comunicar a violência à autoridade policial, ou seja, na hora em que dão queixa na polícia.

Após noticiar o crime na delegacia, a vítima, que antes do Programa tinha de se encaminhar por conta própria ao Instituto Médico Legal para a realização dos exames exigidos por lei e, depois, procurar sozinha por atendimento médico, social, psicológico e jurídico, agora, é transportada diretamente da delegacia para um hospital previamente definido, onde recebe gratuitamente todo o atendimento que a situação exige.

Os resultados podem ser medidos a partir dos números do Bem Me Quer em São Paulo: antes, médicos do Instituto Médico Legal atendiam, por período de 24 horas, 6 pessoas em média, entre mulheres e crianças. Hoje, as médicas legistas de plantão no hospital conveniado atendem, dependendo do dia da semana, até 20 pessoas por período de 24 horas (mulheres e crianças de até 14 anos).

A média de atendimento do Programa é de 12 casos por dia - o dobro do número de atendimentos antes da existência do Bem Me Quer.

Os números acima são da própria coordenação do Programa em São Paulo, que comemora os resultados.

Decidimos, portanto, propor a implementação do Bem Me Quer também em Minas, na esperança de que possamos, aqui, repetir o sucesso ocorrido no Estado de São Paulo.

Nossa proposta, além de semelhante no conteúdo, mantém a denominação, Bem Me Quer, até por uma questão de deferência aos seus idealizadores.

O projeto proposto não ofende nenhum princípio constitucional, pois versa sobre tema da competência do Estado, conforme previu o legislador constituinte nacional:

"Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I -

XI - procedimentos em matéria processual".

Pela leitura do projeto, percebe-se que não houve ofensa alguma ao Código de Processo Penal, o que também assegura a constitucionalidade da proposta.

A mesma regularidade ocorre em relação à Carta Política do Estado, já que o tema "procedimento em matéria processual" não se encontra entre aqueles em relação aos quais a competência para iniciar o processo legislativo foi reservada ao Poder Executivo, podendo, desta forma, ser o referido processo iniciado por qualquer dos membros do Poder Legislativo.

Esperamos, portanto, contar com o apoio dos nobres Deputados para que nossa proposta seja submetida a apreciação e aprovada o quanto antes.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Direitos Humanos e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.681/2001

Institui incentivos à preservação de mananciais no Estado de Minas Gerais.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Dê-se a seguinte redação aos arts. abaixo relacionados, da Lei nº 13.199, de 1999:

"Art. 7º - O Estado celebrará convênios de cooperação mútua e de assistência técnica e econômico-financeira com municípios, entidades não governamentais e produtores rurais, para a implantação de programas que tenham como objetivo:

I -

X - a preservação dos mananciais localizados em propriedades rurais do Estado de Minas Gerais.

§ 1º - Para fins do disposto no inciso X, o Estado adotará as seguintes providências:

a) realização de vistoria, a partir de solicitação do proprietário rural, para definição do potencial hídrico e dos limites do manancial que se pretende preservar, da oportunidade de sua preservação e das ações a serem implementadas para tanto, emitindo, quando entender conveniente, Certificado de Preservação de Manancial, válido por um ano, podendo ser renovado apenas mediante a realização de nova vistoria.

b) aos detentores do Certificado de Preservação de Manancial fica assegurada redução do ICMS, nos termos definidos em regulamento, nas operações comerciais destinadas ao custeio e a investimentos em infra-estrutura, relacionados à atividade rural.

§ 2º - A área constante no Certificado de Preservação de Manancial será considerada em dobro, para fins da fixação da reserva legal a que se refere a lei

Art. 43 - Aos comitês de bacia hidrográfica, órgãos deliberativos e normativos na sua área territorial de atuação compete:

I -

XIX - aprovar a concessão do Certificado de Preservação de Manancial."

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 10 de agosto de 2001.

Maria José Hauelsen

Justificação: Os recursos hídricos de Minas Gerais são hoje o maior patrimônio natural do povo mineiro. Preservar esse potencial é dever de todos, mas que pode ser estimulado pelo poder público.

O projeto que ora propomos tem exatamente este objetivo: criar mais um mecanismo de proteção dos recursos hídricos mineiros, para que tenhamos água cada vez em maior abundância.

Nossa proposta é estimular o produtor rural a preservar suas nascentes, oferecendo-lhe redução de tributos nas operações destinadas ao custeio e aos investimentos de capital relacionados com a atividade rural. Optamos por ser genéricos na definição do benefício, para que o Poder Executivo tenha preservado seu poder constitucional de definir sobre a matéria. Assim, esperamos evitar que haja evasão de receita em níveis que possam comprometer a administração pública.

O tema objeto de regulamentação, proteção do meio ambiente, é de competência comum à União e aos Estados, o que garante a estes o poder de editar normas legais como a que propomos.

Da mesma forma, não há que se falar em vício de iniciativa, já que o tema não se encontra entre aqueles cuja competência para deflagrar o processo legislativo foi reservada ao Poder Executivo.

Esperamos, portanto, contar com o apoio de todos os membros do Poder Legislativo à proposta que acabamos de apresentar.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Meio Ambiente e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 1.682/2001

Declara de utilidade pública a Associação de Pais, Professores e Alunos da Escola Estadual Tenente-Coronel Jorge Maia - APPA - Jorge Maia, com sede no Município de Baependi

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais, Professores e Alunos da Escola Estadual Tenente-Coronel Jorge Maia - APPA - Jorge Maia -, com sede no Município de Baependi.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 14 de agosto de 2001.

Ivair Nogueira

Justificação: A Associação de Pais, Professores e Alunos da Escola Estadual Tenente-Coronel Jorge Maia é entidade civil com personalidade jurídica própria e sem fins lucrativos que não remunera os membros de sua diretoria nem distribui lucros, vantagens ou bonificação a seus dirigentes, associados ou mantenedores, conforme atestado apresentado.

Fundada em 1º/7/99, a entidade se encontra em pleno e regular funcionamento há mais de dois anos, prestando relevantes serviços de caráter artístico, cultural, educacional e desportivo, junto aos professores, pais e alunos da Escola Estadual Tenente-Coronel Jorge Maia, de Baependi.

Por atender a entidade, com base na documentação anexa, aos requisitos exigidos pela Lei nº 12.972, de 27/7/98, conto com o apoio dos nobres pares nesta Casa, para conceder à referida entidade o título declaratório de utilidade pública.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Educação, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

Nº 2.463/2001, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, solicitando seja consignado nos anais da Casa voto de congratulações com a Escola Estadual São Rafael, nesta Capital, por ocasião dos seus 75 anos de criação. (- À Comissão de Educação.)

- São também encaminhados à Mesa requerimentos dos Deputados Dalmo Ribeiro Siva, João Pinto Ribeiro e Durval Ângelo(3).

Comunicações

- É também encaminhada à Mesa comunicação da Comissão de Administração Pública.

Oradores Inscritos

- Os Deputados Durval Ângelo, Sargento Rodrigues, Dinis Pinheiro, Arlen Santiago e Rogério Correia proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Designação de Comissões

O Sr. Presidente - A Presidência vai designar os membros das Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 58/2001, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva e outros. Pelo PMDB: efetivo - Deputado Geraldo Rezende; suplente - Deputado Dimas Rodrigues; pelo PSDB: efetivo - Deputada Elbe Brandão; suplente - Deputado Agostinho Patrús; pelo PL: efetivo - Deputado José Milton; suplente - Deputado Pastor George; pelo PPB: efetivo - Deputado Glycon Terra Pinto; suplente - Deputado Gil Pereira; e pelo PPS: efetivo - Deputado Marco Régis; suplente - Deputado Fábio Avelar. Designo. À Gerência-Geral de Apoio às Comissões.

A Presidência vai designar os membros da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 59/2001, do Deputado Doutor Viana e outros. Pelo PMDB: efetivo - Deputado Anderson Adatao; suplente - Deputado Márcio Cunha; pelo PSDB: efetivo - Deputado Antônio Carlos Andrada; suplente - Deputado Amílcar Martins; pelo PSB: efetivo - Deputado Sargento Rodrigues; suplente - Deputado Chico Rafael; pelo PSD: efetivo - Deputado Dalmo Ribeiro Silva; suplente - Deputado Antônio Genaro; e pelo PT: efetivo - Deputado Durval Ângelo; suplente - Deputado Rogério Correia. Designo. À Gerência-Geral de Apoio às Comissões.

A Presidência vai designar os membros da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 60/2001, da Deputada Elaine Matozinhos e outros. Pelo PMDB: efetivo - Deputado Márcio Cunha; suplente - Deputado Jorge Eduardo de Oliveira; pelo PSDB: efetivo - Deputado Mauro Lobo; suplente - Deputado Kemil Kumaira; pelo PFL: efetivo - Deputado Bilac Pinto; suplente - Deputado Alberto Bejani; pelo PTB: efetivo - Deputado João Pinto Ribeiro; suplente - Deputado Cristiano Canêdo; pelo PDT: efetivo - Deputado Bené Guedes; suplente - Deputado Marcelo Gonçalves. Designo. À Gerência-Geral de Apoio às Comissões.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário da comunicação apresentada nesta reunião pela Comissão de Administração Pública - aprovação, na 67ª reunião Ordinária, do Requerimento nº 2.375/2001, do Deputado Sebastião Navarro Vieira. (Ciente. Publique-se.)

Despacho de Requerimentos

- A seguir, o Sr. Presidente, defere, cada um por sua vez, nos termos do inciso XVI do art. 232 do Regimento Interno, requerimentos do Deputado Durval Ângelo (3), solicitando a inclusão em ordem do dia dos Projetos de Lei nºs 316/99 e 914/2000 e do Parecer da Comissão de Justiça sobre a constitucionalidade do Projeto de Lei nº 296/99; e do Deputado João Pinto Ribeiro, solicitando a inclusão em ordem do dia do Parecer da Comissão de Justiça sobre a constitucionalidade do Projeto de Lei nº 1.541/2001.

Votação de Requerimentos

O Sr. Presidente - Requerimento do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, solicitando que o Projeto de Lei nº 1.449/2001 seja distribuído à Comissão do Trabalho. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Cumpra-se.

2ª Fase

O Sr. Presidente - Esgotada a matéria destinada à 1ª Fase, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Tendo em vista a importância da matéria constante na pauta, a Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a verificação do quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 35 Deputados, que, somados aos 6 Deputados em comissões, perfazem o total de 41 Deputados, número insuficiente para votação de proposta de emenda à Constituição, mas suficiente para a apreciação das demais matérias constantes na pauta.

O Sr. Presidente (Deputado Ivo José) - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 899/2000, do Deputado Paulo Piau, que dispõe sobre o Programa Estadual de Fomento Florestal e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Meio Ambiente opina por sua aprovação. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Política Agropecuária. Vem à Mesa requerimento do Deputado Chico Rafael, solicitando o adiamento da votação do Projeto de Lei nº 899/2000. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 930/2000, do Deputado Paulo Piau, que cria o Certificado Ambiental da Propriedade Agrícola - ISO-Agrícola. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresenta. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo

nº 1, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Política Agropecuária, e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 3, apresentadas pela Comissão de Justiça.

Questão de Ordem

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, sugiro que V. Exa. suspenda a reunião por 3 minutos, para que possamos analisar essas três emendas, a fim de que tenhamos consciência na hora da votação.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência, em atenção a questão de ordem suscitada pelo Deputado Paulo Piau, vai suspender os trabalhos por 3 minutos. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os nossos trabalhos. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emendas. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Com a aprovação do Substitutivo nº 1, fica prejudicada a Emenda nº 3. Em votação, a Emenda nº 1. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Em votação, a Emenda nº 2. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 930/2000 na forma do Substitutivo nº 1. A Comissão de Política Agropecuária.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.137/2000, do Deputado Adelmo Carneiro Leão, que institui o Programa de Acompanhamento, Aconselhamento Genético Preventivo e Assistência Médica Integral às Pessoas Portadoras de Traço Falciforme e de Anemia Falciforme e dá outras providências. Vem à Mesa requerimento do Deputado Chico Rafael, em que solicita o adiamento da votação do Projeto de Lei nº 1.137/2000. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitado. Em votação, o Substitutivo nº 1. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 1.137/2000 na forma do Substitutivo nº 1. A Comissão de Saúde.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.244/2000, do Deputado João Paulo, que obriga as empresas prestadoras de serviço de telefonia a instalar aparelhos de medição de consumo nos telefones fixos e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Defesa do Consumidor opina por sua aprovação. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. A Comissão de Defesa do Consumidor.

O Sr. Presidente (Deputado Dalmo Ribeiro Silva) - Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.050/2000, do Deputado Ivo José, que cria o Programa de Incentivo à Apicultura do Estado de Minas Gerais - PROMEL - e dá outras providências. A Comissão de Política Agropecuária opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 1.050/2000 na forma do vencido em 1º turno. A Comissão de Redação.

O Sr. Presidente (Deputado Ivo José) - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 252/99, do Deputado Amílcar Martins, que dispõe sobre a devolução de multas de trânsito pelo Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o Substitutivo nº 1. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 252/99 na forma do Substitutivo nº 1. A Comissão de Fiscalização Financeira.

Declaração de Voto

O Deputado Amílcar Martins - Sr. Presidente, Srs. Deputados, manifesto a minha satisfação pela compreensão desta Casa, de todos os Deputados, que tiveram a grandeza de entender a intenção e o objetivo que me inspiraram a elaborar esse projeto, que é um esforço para aproximar a administração pública do cidadão comum, de diminuir essa distância. O projeto procura fazer justiça àqueles que são multados, que recorrem, que têm seus direitos reconhecidos pela junta encarregada de avaliação, mas não conseguem a restituição do seu dinheiro pelo poder público.

A Assembléia Legislativa se engrandece nesse momento em que há a compreensão suprapartidária de que todos, juntos, podemos fazer um esforço sincero, correto para uma pequena contribuição. São pequenos gestos como esse que farão diferença na vida de cada cidadão, de cada mineiro.

A partir de agora, com a aprovação desse projeto de minha autoria, os cidadãos de Minas Gerais ficarão tranquilos porque seus recursos ficarão garantidos, uma vez acatados, e serão respeitados os seus direitos como cidadão.

Queria, portanto, aproveitar esta oportunidade para agradecer a todos os Deputados e à Assembléia Legislativa, que, neste momento, tem mais de 50 Deputados em Plenário, os quais tiveram a compreensão do alcance social e da justiça social desse projeto. É só isso que queria registrar. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - A Presidência, verificando a entrada de vários Deputados em Plenário, solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a verificação de quórum.

O Sr. Secretário (Deputado Wanderley Ávila) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 42 Deputados, que, somados aos 6 em comissões, perfazem o total de 48 Deputados, número suficiente para votação de propostas de emenda à Constituição.

Questões de Ordem

O Deputado Márcio Cunha - Sr. Presidente, o Deputado Márcio Kangussu solicitou-me justificar a sua ausência em face de seu pai ter falecido. A nossa homenagem à família enlutada.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, em face da importância da matéria a ser votada, solicito que a Presidência determine outra chamada.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, temos um quórum apertado, de 48 Deputados. Não podemos correr o risco de essa emenda não ser aprovada. Solicito nova chamada.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, dentro da linha sugerida pelo Deputado Rogério Correia, solicito que V. Exa. suspenda os trabalhos na Comissão para que os Deputados venham ao Plenário para votar.

O Sr. Presidente - A Presidência, em atenção a questão de ordem suscitada pelo Deputado Dalmo Ribeiro Silva, solicita ao Sr. Secretário que proceda à nova chamada dos Deputados para a verificação do número regimental.

O Sr. Secretário(Wanderley Ávila) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam a chamada 41 Deputados, número insuficiente para votação de propostas de emenda à Constituição, mas suficiente para a continuação dos trabalhos.

3ª Parte

O Sr. Presidente - Persistindo a falta de quórum para votação de propostas de emenda à Constituição, a Presidência vai passar à 3ª Parte da reunião, destinada a comunicações e a oradores inscritos.

Encerramento

O Sr. Presidente - Não havendo comunicações a serem feitas nem oradores inscritos, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de quinta-feira, dia 16, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 139ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 13/8/2001

Presidência do Deputado Wanderley Ávila

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Palavras da Deputada Elbe Brandão - Palavras do Deputado Sebastião Navarro Vieira - Palavras do Sr. Murilo Badaró - Palavras do Sr. Luciano Alkmim - Exibição de vídeo - Apresentação musical - Entrega de placa - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Wanderley Ávila - Agostinho Patrús - Antônio Genaro - Benê Guedes - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Dimas Rodrigues - Durval Ângelo - Eduardo Hermeto - Elbe Brandão - Fábio Avelar - João Leite - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Haueisen - Pinduca Ferreira - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila) - Às 14h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- A Deputada Elbe Brandão, 2ª-Secretária "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Murilo Badaró, Presidente do BDMG, representando o Governador do Estado, Dr. Itamar Franco; Luciano Alkmim, filho e representante da família do homenageado; Desembargador José Tarcísio de Almeida Melo, representando o Tribunal de Justiça; José Francisco Salles, Diretor-Presidente da BELOTUR, representando o Prefeito de Belo Horizonte, Dr. Célio de Castro; e os Deputados Elbe Brandão e Sebastião Navarro Vieira, autores do requerimento que deu origem a esta solenidade.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião a homenagear o Dr. José Maria Alkmim pela passagem do centenário do seu nascimento.

Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir a execução do Hino Nacional pela Banda de Música da Academia da Polícia Militar de Minas Gerais.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Sr. Presidente

Em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, cabe-nos a tarefa de presidir esta reunião comemorativa do centenário de nascimento do Dr. José Maria Alkmim. Não será nosso encargo - e se o fosse, seria antes um dever de honra - traçar a biografia do ilustre homenageado. Mas, em se tratando de uma vida rica e realizada, como foi a do Dr. Alkmim, não podemos esquecer algumas de suas passagens. É o que vamos fazer, para lembrar que - se hoje nos faz falta - legou-nos um exemplo a ser imitado.

José Maria Alkmim foi estadista, advogado, professor e jornalista. A tudo imprimiu sua marca de excelência. Enfrentou dificuldades e assumiu responsabilidades as mais elevadas, sempre aliando a habilidade política à competência como administrador.

Guardadas as devidas proporções, viveu uma realidade socioeconômica não muito diferente daquela que hoje vivemos. Isso nos leva a recordar alguns lances de sua movimentada vida pública.

À época em que era Ministro da Fazenda do Governo Kubitschek, por exemplo, foi acusado de favorecer negócios fraudulentos de importação. Alkmim provou que as acusações eram infundadas, e disso podemos tirar uma lição, neste exato momento em que se avolumam as denúncias contra detentores de cargos públicos: todo cuidado é pouco antes de se formalizarem as acusações; afinal, a honra do cidadão é intocável, a menos que seja comprovada a sua culpa.

A cafeicultura brasileira está atualmente em crise. Especuladores internacionais forçam a baixa dos preços do café, e os nossos produtores se ressentem da ausência de apoio oficial. Pois à época de Alkmim no Ministério da Fazenda, a situação não era diferente, só que entendia a importância da atividade e saía sempre em defesa dos cafeicultores. Como agia, aliás, em defesa da agropecuária em geral, consciente da vocação brasileira para o campo.

Outro exemplo que nos deu foi com sua inabalável convicção democrática. Após a renúncia de Jânio Quadros, quando se arquitetava o golpe para impedir a posse de João Goulart, procurou garantir a posse de Jango. Para tanto, desenvolveu negociações visando implantar o parlamentarismo, como medida conciliatória e para se evitar o regime de exceção. Tempos depois, ao ver que o Governo Goulart se inclinava para radicalismo incompatível com a democracia, juntou-se aos revolucionários de 64 para afastar a ameaça. Uma análise superficial diria que foi contraditório nessas ocasiões. Um exame isento mostra que o regime democrático era a sua única e coerente opção. Tanto é que - ao ver, tempos depois, que os militares tendiam para o continuísmo - distanciou-se do eixo do poder por não concordar com os poderosos.

O atual problema carcerário brasileiro é de extrema gravidade. Vale notar, a propósito, que nosso homenageado fundou e dirigiu a Penitenciária Agrícola de Neves, ali implantando um sistema liberal, mas responsável: os guardas circulavam desarmados, e permitia-se aos detentos o convívio familiar e o exercício de uma profissão. Não estamos hoje precisando de um Dr. Alkmim à frente da administração de nossas penitenciárias? Eis a pergunta que dispensa resposta.

No campo da educação - ainda e sempre uma de nossas áreas mais críticas - Alkmim, quando Secretário do Governo Benedito Valadares, trouxe para o Estado a Professora Helena Antipoff, fundadora do Instituto Pestalozzi. Como se sabe, foi um marco no campo educacional, particularmente no tocante ao ensino de excepcionais.

A reforma fiscal-tributária continua sendo um dos impasses da cena política e econômica. O assunto caminha a passos lentos no Congresso Nacional, enquanto todo o povo brasileiro se vê prejudicado. Pois em Minas, nos distantes anos 50, quando era Secretário de Finanças, nosso homenageado executou reforma fiscal que viabilizaria o binômio energia-transporte proposto por Juscelino.

Poderíamos citar um sem-número de outros episódios em que prevaleceu o patriotismo e a brasilidade do Dr. José Maria Alkmim. Preferimos, entretanto, terminar registrando seu extraordinário trabalho filantrópico na Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, à qual se dedicou até morrer.

O cenário brasileiro é de crise econômica, política e social. Para superá-lo, necessitamos desarmar os espíritos e trabalhar com isenção. Por conseguinte, vamos nos mirar na personalidade de José Maria Alkmim. Esse mineiro e brasileiro dos maiores, por sua vida e realizações, merece como poucos a homenagem que lhe presta o Palácio da Inconfidência. E como poucos poderá servir-nos de inspiração, ao enfrentarmos o difícil presente. Muito obrigado.

Palavras da Deputada Elbe Brandão

Sr. Presidente, componentes da Mesa, convidados, familiares do Dr. José Maria Alkmim, minhas senhoras e meus senhores, uma das mais recentes amizades que fiz em minha vida foi com um filósofo e professor cujo nome é Pedro Paulo. Tem uma frase que, como o Dr. Alkmim, precisa estar marcada na história: "O silêncio é a homenagem que a palavra presta ao espírito". Nesta tarde de hoje, peço licença ao senhor, professor, e ao espírito, para que a alma possa falar nesta tarde, quando comemoramos o centenário de nascimento do Dr. Alkmim. Não vou me ater à sua vida, porque o meu companheiro e amigo, Deputado Sebastião Navarro Vieira, falará oficialmente em nome de nós dois, mas não poderia deixar de mostrar a fala do Norte-mineiro.

Temos a honra de o Dr. Alkmim ter nascido em nossas terras, aprendido a caminhar e ver a necessidade de uma política pública coerente, correta, séria e honesta. A minha homenagem maior é jamais tentar me igualar a ele. Mas sei que o Norte de Minas continua deixando para Minas Gerais pessoas que o representem com dignidade e honra. Dessa forma tento pautar o meu mandato nesta Casa.

Está também presente o Dr. Genival Tourinho, pessoa que me ajuda a conceber e a caminhar no meu mandato. Sempre sigo o que me aconselha e determina. Chamou-me na semana passada para mostrar a amplitude em que a crise energética se encontra no nosso País e estabelecermos o potencial da energia alternativa. Essa energia foi defendida também pelo Dr. Alkmim. Sabemos que, na campanha "O petróleo é nosso" e na luta para que o Brasil pudesse buscar sua auto-suficiência, lá estava o Dr. Alkmim presente.

Em homenagem ao Dr. Alkmim e ao meu amigo Dr. Genival, entramos com um pedido de formação de uma comissão especial, para que possamos fazer um levantamento do potencial de energia alternativa que Minas possui, para encontrarmos um caminho para o nosso Estado.

Concluo, porque o Tião fará uma alusão muito melhor que a minha. Mas lembro Cristo: de nada adiantaria o que fizesse na vida ou a fala dos anjos, se não houvesse amor. Nesse momento, essa é a declaração de amor de Minas pelo Dr. Alkmim, o amor do Norte-mineiro a ele. Que a sua alma e seu legado possam estar conosco sempre, nos conduzindo a uma luz para aprendermos a ver além das montanhas de Minas. Muito obrigada.

Palavras do Deputado Sebastião Navarro Vieira

Exmos. Srs. Presidente, Deputado Wanderley Ávila; Murilo Badaró; Luciano Alkmim; Desembargador José Tarcísio de Almeida Melo; José Francisco Salles; Deputada Elbe Brandão, ilustres personalidades, companheiros antigos do Dr. José Maria Alkmim, senhoras e senhores, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quando intimado pelo possedista de velha cepa, hoje no exercício do honroso cargo de Presidente do BDMG, Murilo Badaró, a apresentar requerimento solicitando que a Assembléia de Minas realizasse reunião especial para homenagear o centenário de nascimento de José Maria Alkmim, ocorrido em 11/7/1901, pude observar, mais uma vez, que as inúmeras coincidências que marcaram a vida de nosso homenageado continuam a marcar sua história. Observem estas palavras:

"As nações, em qualquer idade de seu desenvolvimento, têm necessidade de rever, com frequência, a história de seus ascendentes, para deduzir, como na topografia das montanhas, a linha das cumeadas, no esforço de se manter o nível de sua vida política e social à altura das figuras pinaculares que se destacaram nas gerações anteriores. Já se observou que só o passado efetivamente existe e que tudo o que nos arrisquemos a prever para o futuro será a imagem do passado refletida num espelho. Esse é, com efeito, o valor da experiência histórica.

Homem de idéias e de convicções, Joaquim Murtinho só se imortalizou, contudo, porque era homem de fina sensibilidade, capaz de se apaixonar pela verdade a que se convertia. Esses que não só se convencem mas se apaixonam são verdadeiramente os homens de ação. Eis aí a chave do segredo de sua existência.

Com essas palavras, registradas no "Diário do Congresso Nacional" de 8/12/48, o então Deputado Federal pelo PSD de Minas Gerais José Maria Alkmim rendeu homenagens ao Senador Joaquim Murtinho pelo centenário de seu nascimento.

Quem poderia prever que meio século depois o discurso de José Maria Alkmim poderia se prestar a homenagear a ele próprio? Quem de nós tem dúvida de que Alkmim é um daqueles personagens por ele mesmo descrito? Quem de nós duvida de que a afirmação por ele feita de que "esses que não só se convencem mas se apaixonam são verdadeiramente os homens de ação. Eis aí, meus senhores, a chave do segredo de sua existência", se encaixa como uma luva em sua vida?

Permitam-me deixar de lado a minudente exposição dos fatos biográficos de nosso homenageado. Dois motivos levam-me a assim agir. O primeiro deles é que todos sabemos, e cada um à sua maneira, sobre particularidades da vida de Alkmim. O segundo é que, como homem de ação, Alkmim estaria a esperar de todos nós um fiel e destemido exercício em favor da causa pública.

Esta é, portanto, a razão maior desta homenagem ao homem elegante, cordial, sincero, destemido e fiel às origens de sua querida Bocaiúva: a coragem de anunciarmos desta tribuna que, apesar das vicissitudes, apesar das incongruências, apesar dos pecados coletivos cometidos nesta Casa do povo, a memória de Alkmim é reverenciada como paradigma que devemos atingir, como exemplo que devemos seguir, como farol pelo qual devemos nos orientar.

Quando, nos idos da década de 50, no vigor de minha juventude, saí às ruas de minha querida Poços de Caldas garimpando votos em favor de meu pai, candidato a Deputado Estadual, aprendi muito com a escola na qual José Maria Alkmim já pontificava como um dos grandes mestres.

Papai disputou sua primeira eleição pelo pequeno Partido de Representação Popular. Sem recursos e sem estrutura partidária para dar-lhe suporte, aproveitávamos, meus irmãos e eu, os comícios dos grandes partidos para a conhecida distribuição de santinhos entre as pessoas. Nos comícios da UDN, éramos escurraçados e ameaçados. O mestre-de-cerimônias anunciava sempre que "pessoas estranhas estavam divulgando nomes contrários à doutrina da gloriosa União Democrática Nacional e que, por essa razão, deveriam ser banidas do meio social de Poços de Caldas".

Nos comícios do PSD, a história era completamente oposta. Neles o orador anunciava que "está no meio de nós o Tiãozinho, distribuindo santinhos para a campanha de seu pai. Tiãozinho, venha aqui para cima. Vamos apoiá-lo, minha gente. É um conterrâneo nosso, e devemos ajudar".

Nasceu daí, senhoras e senhores, a estreita ligação de minha família com o PSD, laços de amizade imorredoura e que foram solidificados no decorrer dos tempos; laços que me permitiram aprofundar no exercício da atividade política capitaneada pelas figuras pinaculares da história mineira, entre elas, a figura ímpar de José Maria Alkmim.

Muito obrigado, Murilo Badaró, pela lembrança da realização desta reunião especial, que me permite, modesta e sinceramente, reverenciar a memória de Alkmim e do partido que foi por ele sempre dignificado.

As coincidências continuam. Ao buscar o apoio dos Deputados mineiros ao requerimento que originou esta homenagem, tomo conhecimento de que a Deputada Elbe Brandão buscava, também, o mesmo objetivo. Não poderia ser diferente: a Deputada Elbe conquistou esta Casa com seu jeitinho mineiro de ser.

Em maio de 1996, quando nosso homenageado completaria 95 anos, a Deputada Elbe Brandão pronunciou emocionado discurso. Naquela oportunidade, disse ela:

"Afinal, quais laços nos levaram a buscar conhecer a vida política do Dr. Alkmim ao ponto de prestar-lhe esta homenagem? Somos ambos mineiros, daqueles que fazem de sua origem motivo de orgulho e profissão de fé. Viemos da mesma região das alterosas: eu, de Montes Claros; ele, de Bocaiúva, terra de minha mãe, onde viveram meus avós e bisavós, terra que, com muita honra, represento nesta Assembléia.

Durante toda a minha infância e ao longo dos anos, fomos a Bocaiúva visitar a família. Lembro-me sempre do carinho com que meu avô Lino José de Figueiredo e meu padrinho e tio Hildebrando Figueiredo, primo e amigo pessoal do Dr. Alkmim, referiam-se à minha bisavó, para contar que ela era cabo eleitoral fervoroso do nosso homenageado, que a procurava sempre para ouvir suas opiniões, que, ao que contam, eram serenas e lúcidas.

Para tio Hildebrando, tal fato é de um significado sem par, porque não eram tantas as pessoas a quem o Dr. Alkmim ouvia, e entre elas estava justamente uma mulher. Quer isso dizer que, já naquela época, dava ele a devida importância à participação da mulher no processo político".

Só mesmo a sensibilidade de Elbe Brandão para resgatar uma faceta de nosso homenageado: a de incluir a mulher entre seus confidentes, numa época calcada, mais do que nunca, pela presença absoluta do mando político exercido pelos homens.

Senhoras e senhores, permitam-me dirigir, agora, à família do nosso homenageado, na pessoa de seu filho Luciano Alkmim. Imagino, prezado Luciano, que não deve ser fácil, perante os outros, ser filho de José Maria Alkmim; imagino, também, que não deve ser difícil, perante os íntimos, desempenhar tal tarefa; imagino, também, quanto você, seus irmãos, sua mãe - de quem, parafraseando Garcia Lorca, podemos dizer que foi a companheira de seu pai pelas andanças de uma vida inteira -, seus primos e amigos devem ter sofrido nos momentos conflituosos pelos quais seu pai passou.

Sei, Luciano, que a vida esconde alguns segredos que só nos são revelados por Deus. Um desses segredos, diria até ser o mais secreto, é aquele que recebemos como herança genética. Preserve-o. Guarde-o com toda a segurança. E tenham sempre, você, seus irmãos e seus familiares, a certeza de que temos orgulho do pai de vocês. Principalmente porque o Dr. Alkmim, aqueles que com ele convivemos bem o sabemos, tinha um enorme, um grande e incomensurável orgulho de sua família. Família que se viu privada de sua companhia, porque ele dedicava tempo enorme para a família dos outros. Era a família do PSD, era a família da Santa Casa, eram as famílias de Bocaiúva, era a família da Penitenciária Agrícola de Neves, era a família do Instituto Pestalozzi. Tantas famílias unidas pelo Dr. Alkmim, através do ideal cristão de servir, aprendido no diuturno acompanhamento das ações do Pe. João Francisco Moureau, o Pe. Chico; ideal que marcou sua vida para sempre; ideal que permitiu legar ao Brasil o maior exemplo de abnegação e de amor à causa dos outros.

Se não for pedir muito, prezado Luciano, permita que todos nós possamos dividir com você e com sua família a alegria que possuímos, cada um à sua maneira, em participar, de uma forma ou de outra, de uma das famílias de José Maria Alkmim.

Senhoras e senhores, tomo emprestado um trecho do livro de Murilo Badaró, biógrafo de nosso homenageado, que bem ilustra a figura de Alkmim. Assim: "Alkmim jamais havia ganhado uma eleição no Distrito de Terra Branca. Lá era uma fortaleza contra sua dominação política no município. Os moradores desse lugar mantinham a tradição, votando sempre contra o PSD. Por essa razão, Alkmim se abstinha de visitá-lo. O avanço dos compradores de votos é um fenômeno que se agrava no Brasil. (...) Alkmim estava sentindo a presença desses plutocratas na região e não tinha armas suficientemente fortes para combatê-los. Apenas seu nome, a tradição respeitável, velhas dedicações, não eram capazes de vencer a maré montante da dinheirama derramada nos municípios. Colocou em ação todos os amigos. Escreveu milhares de cartas. Com 69 anos de idade, ainda encontrou energias para visitar o maior número de colégios eleitorais. Como fazer com Terra Branca, local onde jamais havia ido? Resolveu, para surpresa e incredulidade gerais, marcar uma viagem ao distrito.

Em meio à curiosidade geral, Alkmim chega e vai direto à casa de Elpidio Trovão. O velho chefe político local custava a acreditar no que estava vendo: Alkmim dentro de sua morada. Os perristas, comandados por Cicero e Wandick Dumont, ficaram curiosos em saber qual a motivação de tão estranha viagem. Conhecendo bem Alkmim, não imaginavam poder ele visitar Terra Branca apenas para pedir votos.

Após os cumprimentos, Alkmim diz a Elpidio Trovão: "Oh! Elpidio. Eu hoje quero fazer uma reunião aqui em Terra Branca, e não é uma reunião política. Eu não vou fazer a reunião aqui em sua casa. Quero fazer essa reunião na porta da casa do Cajuca", concluiu diante de um Trovão cada vez mais surpreso.

Cajuca era o chefe da facção adversária do PSD e de Alkmim. Seu nome era José Alexandre Queiroga, irmão de Otaviano Queiroga, este conhecido pelo apelido de "Xibiu".

"Quero falar debaixo daquela gameleira na porta do Cajuca", disse Alkmim.

"O que você vai falar", indagava ansioso Elpidio.

"Na hora você vai ficar sabendo. Gostaria que você convidasse, para estarem presentes, os moradores mais antigos de Terra Branca e os mais velhos. Avise que a reunião será às 3 horas da tarde", arrematou Alkmim, assentando-se à mesa para o almoço, em companhia da família do anfitrião.

Elpidio Trovão atendeu, prontamente, ao pedido de Alkmim e espalhou pela vila o convite para o surpreendente encontro.

Impacientes e curiosos, nem mesmo o relógio marcava 2h30min, os moradores começaram a descer para a porta do Cajuca, acomodando-se à sombra reconfortante da frondosa gameleira.

A previsão de uma reunião demorada fez com que muitos daqueles habitantes mais idosos levassem tamboretas e cadeiras. Eram 3 horas quando chegaram Alkmim, Elpidio Trovão, Paulo Borges e os pessedistas da localidade.

Saudou cordialmente os presentes e, sem perda de tempo, começou a falar. Não havia qualquer tonalidade discursiva no que dizia. Era quase um sussurro. Falava coloquialmente. Perceberam todos certa dose de emotividade em suas palavras.

"Hoje não vim aqui para pedir votos. Tudo o que queria fazer em benefício de Terra Branca, o Wandick já fez. "Quero, inclusive, aproveitar esta oportunidade para exaltar a obra do Wandick e, não podendo negá-la, por isso não posso pedir votos", falava pausadamente.

Os presentes continuavam eletrizados com o que ouviam. Estavam diante de um homem célebre, conhecido nacionalmente, acatado e respeitado.

"As coisas, muitas vezes, acontecem fora da área da política. Vocês, com toda certeza, estão sabendo da barragem que querem construir no Jequitinhonha", indagava. "Vi o projeto da barragem que vai ser construída entre Terra Branca e Olhos d'Água, ali nas proximidades do Rabicho, e vai submergir toda essa região, inclusive a vila de Terra Branca", afirmou Alkmim, cujas palavras causavam grande impacto nos ouvintes. Quero confessar a vocês que, depois que vi e examinei esse projeto, cheguei a perder o sono. Não mais conseguia dormir pensando no Elpídio Trovão, morador aqui há 80 anos, lotando um caminhão com sua mudança, para um lugar onde nem mesmo ele sabe. Seria razoável, pergunto, o Elpídio sair daqui por causa de uma inundação? E o Cajuca, meu adversário de mais de 20 anos, perder a casa tão boa e confortável, contemplar as águas passando por cima da bela gameleira? Já imaginaram o tamanho dessa tragédia?". Continuava sua dissertação, apontando para cada um dos velhos moradores, cujos nomes conhecia, descrevendo sua epopéia na pressa da mudança com a chegada inevitável das águas do Jequitinhonha.

Homem talentoso, de inteligência privilegiada, Alkmim sabia, como ninguém, manejar com as palavras as emoções das pessoas. A descrição que fazia da chegada da inundação, da angústia e da pressa dos velhos moradores de Terra Branca diante da diáspora inevitável comoveu a maioria. Muitos choravam, de tão emocionados.

"Agora quero dar a vocês a razão de minha visita a Terra Branca. Não sou seu representante político, por aqui nunca fui majoritário. Também isso jamais impediu que fosse amigo de Terra Branca. Vi o projeto. Fiquei horrorizado. Quero dizer-lhes que, enquanto for vivo, enquanto Alkmim tiver força, essa barragem não será construída". Terminou suas palavras sob aplausos dos terra-branquenses aliviados.

Sem falar em votos, sem qualquer manifestação política, Alkmim tornou-se, pela primeira vez, majoritário no Distrito de Terra Branca. Venceu a eleição por apenas um voto.

Esse o nosso Alkmim. Esse o homem que tanta falta está a fazer em nosso meio. Esgrimista da palavra, poeta da política, arauto da sensibilidade, cronista de tempos renovados sob a batuta da cordialidade e da esperança, Alkmim faz parte da plêiade dos homens bons. E, como dizia Guimarães Rosa, "os homens bons não morrem, ficam encantados".

Que o encantamento de Alkmim paire sobre o Brasil, sobre Minas e, em especial, sobre esta Casa de leis, para que se reencontre com seu original caminho, o caminho da coerência da ação política preconizada pelo nosso homenageado.

Que a memória de Alkmim, encantada, nos faça renascer. Viva Alkmim!

Palavras do Sr. Murilo Badaró

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eminentes componentes da Mesa, familiares do Dr. José Maria Alkmim, velhos companheiros do antigo PSD aqui presentes, e simbolizaria uma homenagem na figura do Deputado Bias Fortes, um dos ícones do nosso Partido; Sr. Celso Azevedo, ex-Prefeito de Belo Horizonte; demais autoridades, senhores componentes da banda da Polícia Militar, senhoras e senhores, desde o ano passado Minas Gerais está mobilizada para comemorar o centenário de alguns dos seus varões mais ilustres. Nunca é demais repetir algumas palavras que temos pronunciado nessas solenidades. Por mais que a ciência humana prospere, por mais que os homens de espírito tentem desvendar os mistérios do mundo, algumas coisas permanecem inexplicáveis. Uma delas: como entender que, na última década do século XIX, de 1890 a 1899, tenha nascido na província mineira uma admirável constelação de varões - Bias Fortes, Francisco Campos, Carlos Luz, Benedito Valadares, Virgílio de Melo Franco, Cristiano Machado, Francisco Negrão de Lima, Rodrigo Melo Franco de Andrade, para chegar aos albores do século XX e o destino entregar ao Brasil duas figuras notáveis: em agosto, no dia 10, Gustavo Capanema, e no dia 16 de 1900, Milton Campos. Tem-se a impressão de que todas as boas fadas existentes no mundo formaram um poderoso condomínio de vontades para propiciar esse admirável espetáculo de, a um só tempo, numa mesma província, num mesmo território, reunir tantas e tão enormes fulgurações que deram tanto ao Brasil e cujo espírito e memória continuam significando uma referência permanente para a Nação.

Em 1901, nasce Henriqueta Lisboa, poetisa extraordinária, cujos versos até hoje causam emoção em quem tem a ventura de lê-los. Abgar Rennó, João Afonso de Guimarães, Pedro Aleixo e o nosso homenageado de hoje, José Maria Alkmim.

Em 1902, nascem Juscelino Kubitschek, cujo centenário começa a ser comemorado ainda este ano, com os preparativos quer do Governo Federal, quer do Governo Estadual, formando comissões para dar o maior relevo possível a essa extraordinária efeméride da vida brasileira. Nascem Carlos Drummond de Andrade e o poeta Emílio (...).

Em 1903, nasceu Pedro Nava. Em 1905, Afonso Arinos de Melo Franco. Basta citar esses nomes para que se possa ter idéia de quanto foi generosa a natureza para conosco em Minas Gerais. Mas, de todos esses, certamente um se destaca pela sua admirável contribuição durante mais de meio século na vida pública brasileira. E são várias as facetas em que se pode analisar a figura de Alkmim. Poderíamos vê-lo como municipalista, homem aferrado à terra, cumprindo o seu dever de dar tudo para que sua Bocaiúva prosperasse.

De Bocaiúva para o Setentrião, não lhe foi difícil encetar todo tipo de lutas e esforços para colocar, na Constituição de 1946, a Comissão do Vale do São Francisco, que permitiria a redenção dessa tão sofrida paisagem da terra mineira. Poderíamos destacar Alkmim como o filantropo, o homem que durante quatro décadas seguidas cuidou da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, lançando sua pedra fundamental, construindo-a ao lado de outros que, como ele, se entregaram à admirável tarefa da prática da caridade, que, no dizer de São Paulo, é a mais importante das virtudes teológicas. O Alkmim, Deputado; poucos terão, como ele, atingido as culminâncias do mandato popular. Orador vigoroso, combativo, palavra fácil e firme, raciocínio rápido, convicções absolutamente consubstanciadas nas crenças que levava para o exercício do mandato. Não teve a oportunidade de servir a esta Assembléia. Foi direto para a Câmara Federal, onde, durante sete mandatos, se constituiu numa das figuras pinaculares do Congresso Nacional. Nesse período da Câmara dos Deputados, qual terá sido o tempo em que Alkmim foi o maior de todos? Pode ser no episódio em que se tentava eliminar da vida pública brasileira a candidatura de Juscelino Kubitschek à Presidência da República. Alkmim era Líder do PSD e vigilante atento, observador, com um sistema de informações que o capacitava a ter uma visão completa do quadro político, Alkmim aparou todos os golpes assestados contra a candidatura Kubitschek. No dia em que Carlos Lacerda, outro notável parlamentar e orador, disse a um jornal: "Juscelino não será candidato; se for candidato, não será eleito; se for eleito, não tomará posse; se tomar posse, não governará", Alkmim, viu nesses dizeres, a senha do golpe que se preparava para impedir a eleição e a posterior posse de Juscelino Kubitschek. São tantos os lances de inteligência e arrebato cívico que se encontram nessas passagens que é difícil descrevê-las numa homenagem como esta. Mas ficaram imortalizadas nos anais da Câmara essas passagens admiráveis da inteligência fulgurante desse mineiro de Bocaiúva. Alkmim, depois, vem para o Governo de Minas, ao lado de Israel. Já começava a dar os primeiros sinais de fraqueza política diante da maré montante do poder corruptor do dinheiro, que infelizmente se está tornando norma na vida política de Minas e do País, devido a essa extravagância legal que é o sistema proporcional de tomada de voto. Alkmim não resistiu à avalanche do dinheiro. Foi para a primeira suplência. Israel o convocou para a Secretaria da Educação. Antes, havia participado do movimento recrutado por Magalhães Pinto para deflagrar a ação revolucionária que pôs fim à desordem institucional do País. Foi convidado para Secretário das Finanças, o que deveria se constituir no futuro Ministério da Fazenda, na hipótese de decretação de uma área liberada em Minas Gerais e no Espírito Santo. Em todos esses episódios, o que ressuma da vida do Alkmim é esse traço indestrutível de dignidade pessoal, de probidade no exercício da vida pública, de amor a Minas e ao Brasil.

É por isso que nesta hora em que as nações se apresentam combatidas diante de tantas dificuldades, todas as pessoas se voltam para esses nomes tutelares da nacionalidade, como foi o caso das homenagens a Milton, a Capanema, a Pedro Aleixo, a tantos outros, e agora a Alkmim, que recebe a consagração do povo, numa espécie de preito de saudade e de respeito pelo que fez pelo Brasil.

O Governador Itamar Franco, que designou uma comissão especial para ajustar todas essas homenagens a esses grandes varões, cujos centenários estamos comemorando, pediu a mim que o representasse nesta reunião; que trouxesse à família de José Maria Alkmim suas homenagens e a sua solidariedade e que, ao mesmo tempo, transmitisse aos mineiros que a sua preocupação no Governo de Minas, nesta quadra de enormes dificuldades no Brasil, é manter assegurados aqueles princípios que nortearam a vida desse grande mineiro: manter a qualquer preço a dignidade da função pública, a probidade no seu exercício, a intransigência com a corrupção, com o embuste e com a fraude. São essas as palavras que tinha a dizer. Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, autoridades, senhoras e senhores, o momento nos oferece a oportunidade de relembrarmos alguns caminhos da trajetória política de meu pai.

Como homem público que a exerceu, ele a cultivou nas idéias, nas grandes correntes que, em todos os quadrantes, vieram-se acumulando através das idades, considerando-lhes sua síntese superior.

Sem ter escrito o livro, em que condensasse a súpula do seu pensamento, ele foi, entre nós, eminente cultor do direito político.

Levado pela sua origem e vocação, consagrou, para meta de seus esforços, toda parcela disponível que fosse do contexto de seu universo e do seu entendimento.

Apresentava o seu modo de ver nas questões da administração corrente, suscitado pelas necessidades do dia, assim como diante da perspectiva, hoje tornada realidade, da presença de forças ameaçadoras do equilíbrio social e dos princípios básicos que respeitamos.

Por mais cuidadosa que seja a ação do governante, os observadores encontrarão sempre intermitências, recuos transitórios e contradições.

Homem de seu tempo, foi deixando, pela palavra e pela pena, nos trabalhos de parlamentar, de orador, de advogado, de jornalista, a essência do pensamento que o orientou, no rumo da destinação humana.

Sendo desses espíritos que não toleram amarras, assustava-o a estatística da impunidade. Deteve-se longamente em distinguir os aspectos que se relacionam com as violências perturbadoras da ordem geral, tão comuns nos dias de hoje. Formulou algumas das teorias sobre os fundamentos do crime e do direito social de repressão, com a definição do imperativo da assistência específica e o intuito de estabelecer um método para reeducação e reforma moral. Condenou de maneira especial a reclusão conjunta e indistinta em benefício do sistema celular e individual.

Possuindo as qualidades do entendimento e da ação, não se deixou paralisar nem diminuir. No jogo do mundo aprendeu as suas habilidades, e as aprendeu tão bem a ponto de se tornar mestre. Contudo, continuou fiel a alguns ideais humanos, e esses ideais colocou acima de quaisquer compromissos.

Construtor de si mesmo, considerava não existir nenhum povo eleito, já que os aperfeiçoamentos de cada um estão repartidos por todos. Só o espírito é criador. Não há violência de fatos que possa sufocá-lo, porque só criam aqueles que acima de tudo respeitam o valor da individualidade humana.

Participou do evoluir de uma cruzada civilizadora que, ainda hoje, se vem processando dentro das condições as mais incertas, no intuito de mitigar misérias, amarguras e dores existentes, mesmo e muita vez, nos esplendores da opulência e da grandeza desse mundo, que, penosamente, sobrevive. Cada dia estava cheio para ele com a esperança e o impulso de um novo começo. A sua intuição compreendia melhor que a razão lógica das mentes mais frias. Viveu para o seu trabalho e nunca lhe sentiu o excesso.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, em especial Deputados Sebastião Navarro Vieira e Elbe Brandão, agradeço, em meu nome e no de minha família, a carinhosa homenagem prestada à memória de meu pai, pelo centenário de seu nascimento. Muito obrigado.

Exibição de Vídeo

O Sr. Presidente - A partir deste momento, será exibido vídeo contendo imagens diversas e a voz de nosso homenageado, que, durante a reunião da Câmara dos Deputados, em 31/8/61, proferiu discurso em defesa da adoção do parlamentarismo no Brasil.

- Procede-se à exibição de vídeo.

Apresentação Musical

O Sr. Presidente - Ouviremos a Banda de Música da Academia da Polícia Militar de Minas Gerais que, sob a regência do Ten. Paulo Roberto de Matos, apresentará as músicas A Ti Flor do Céu, Peixe Vivo e Diamantina em Serenata.

- Procede-se à apresentação musical.

Entrega de Placa

O Sr. Presidente - A Presidência tem a honra de entregar ao Sr. Luciano Alkmin uma placa alusiva a esta homenagem, com os seguintes dizeres:(- Lê:)

"A homenagem do Poder Legislativo Estadual pela passagem do centenário de nascimento de José Maria Alkmin, homem público que esteve sempre à frente da moderna história da República brasileira com nobreza, altivez e trabalho, contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa, democrática e progressista. Belo Horizonte, 13 de agosto de 2001, Deputado Antônio Júlio, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.".

- Procede-se à entrega da placa.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos às autoridades, aos demais convidados e à Banda de Música da Polícia Militar pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de amanhã, dia 14, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição do dia 14/8/2001). Levanta-se a reunião.

ATA DA 1ª REUNIÃO Ordinária da Comissão Especial da Lei Robin Hood

Às quinze horas do dia três de julho de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dinis Pinheiro, Arlen Santiago e Ermano Batista, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ermano Batista, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dinis Pinheiro, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a tratar de assuntos de interesse da Comissão. Passa-se à fase de apreciação de proposições da Comissão, quando é aprovado requerimento do Deputado Dinis Pinheiro em que solicita sejam convidados representantes das Associações Microrregionais de Municípios e o Presidente da Associação de Pequenos Municípios para prestar informações à Comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de agosto de 2001.

Alberto Bejani, Presidente - Dinis Pinheiro - Eduardo Brandão.

ATA DA 80ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Direitos Humanos

Às nove horas e trinta minutos do dia oito de agosto de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Edson Rezende, Luiz Tadeu Leite e João Leite (substituindo este à Deputada Elbe Brandão, por indicação da Liderança do PSDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Edson Rezende, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Luiz Tadeu Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e procede à leitura da seguinte correspondência: convite da Gerência de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte para a palestra ocorrida em julho último; exemplar "Inconfidente Mineiro" encaminhado por Antuérlio Petterson Filho; ofício da Juíza de Direito da 2ª Vara da Comarca de Vespasiano em que solicita providências da Comissão para que seja designado um Defensor Público para essa Comarca; ofícios do Secretário de Estado da Segurança Pública em que responde à solicitação da Comissão referente aos Requerimentos nºs 2.056 e 2.183/2001; denúncias encaminhadas à Comissão por Vanilde Aparecida Teixeira, Ivone Anacleto de Freitas, Paulo Nicodemos Mendes e João Batista Calixto; cartas da Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araxá e Região e do Coordenador Nacional do Movimento Nacional de Direitos Humanos; ofícios dos Srs. Murílio de Avelar Hingel, Aguinaldo Anselmo da Silva e José Ronald Albergaria em que justificam ausência em audiência pública da Comissão; ofício do Deputado Romeu Queiroz; ofício da Delegada de Polícia II, de Jequitinhonha, em que responde à Comissão sobre fatos que envolveram o Detetive Clésio Borges e o Sr. Max Sá Guimarães; ofício do Promotor de Justiça de Juiz de Fora em que relata e pede providências da Comissão para fato que menciona relativo à CERESP, unidade prisional dessa Comarca; ofício do Promotor de Justiça de Mutum; pedido de providências encaminhado pelo Sr. José Maia referente à Unidade Prisional Dênio Moreira de Carvalho, de Ipaba; carta do detento Isaque Cândido da Luz, de Itabira, pedindo providências da Comissão; cópia de termo de declaração prestada por Paulo Nicodemos Mendes; carta de Júlio César Custódio pedindo ajuda da Comissão; ofício do Secretário de Estado da Segurança Pública, em resposta a pedido da Comissão, esclarecendo sobre o detento Ernâni de Souza Abritta Filho, que se encontra nas dependências carcerárias do Departamento Estadual de Operações Especiais - DEOESP -; ofício da Secretária Ângela Prata Pace, atendendo a pedido de informações e providências da Comissão, em que informa sobre o sentenciado Ricardo Borges Bernardo; denúncia de Maria das Graças de Andrade solicitando providências da Comissão; convite da Coordenadoria de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte para a solenidade de assinatura do Pacto Mineiro de Combate à Tortura, a ser realizada no próximo dia 3/8/2001, às 16 horas, no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Minas Gerais; denúncia protocolada na Comissão por Marina Carvalho de Oliveira; cópia de relatório encaminhada pelo assessor Carlos Rodrigues, do IEF, contendo as providências já tomadas por esse órgão relativas aos acampados da Fazenda Tangará de Uberlândia; ofícios do Secretário de Estado da Segurança Pública reportando-se ao teor de denúncias recebidas pela Comissão formuladas por Maria José Rodrigues da Silva e Carmem Moreira Coelho; ofício do Comandante-Geral da PMMG em resposta a pedido da Comissão sobre agressão cometida por policiais militares contra menores, ocorrida no último dia 8 de março na AAB de Itanhomi; ofício do Presidente da COPASA-MG esclarecendo sobre a implantação de redes coletoras de esgotos e a rede de distribuição de água para todos os moradores do local denominado Bicão, na Vila Santa Lúcia, em Belo Horizonte; ofício do Presidente do Conselho Estadual de Entorpecentes em que encaminha exemplar do relatório do 1º Fórum Mineiro Antidrogas; convite da Secretaria Municipal de Direitos Humanos aos membros da Comissão para o seminário sobre a eficácia da Lei de Tortura, ocorrido em 2 e 3 de agosto; correspondência do Deputado Durval Ângelo em que encaminha à Presidência da Comissão ofício enviado pela Associação dos Moradores do Bairro Capelinha, no qual a entidade se manifesta acerca de denúncias formalizadas na Comissão contra o PM Celso Leite da Luz; carta do detento Afonso Rosa de Oliveira pedindo ajuda à Comissão; ofício da Deputada Federal Maria Elvira em que acusa recebimento de cópia de requerimento da Comissão e informa que analisará a solicitação da Associação dos Trabalhadores Aposentados de Minas Gerais; ofício do Prefeito Municipal de Pompéu atendendo a pedido contido no Requerimento nº 2.366/2001, da Comissão; ofício da Chefe de Gabinete do Reitor da UNIMONTES em que informa que esforços estão sendo enviados para a ampliação de cursos no Município de Janaúba; ofício do Secretário de Estado da Segurança Pública, em que se reporta ao teor do Requerimento nº 2.161/2001, da Comissão, concernente à denúncia formulada pelo detento José Márcio de Souza, que se encontra na cadeia pública de Rio Pomba; ofícios do Comandante-Geral da PMMG em que se reporta aos Requerimentos nºs 1.497/2000 e 2.370/2001, da Comissão, que versam sobre denúncia apresentada por Air Félix da Costa e sobre pedido de esclarecimento de episódio envolvendo o Sargento PM Marco Antônio Aurélio Crosara, ocorrido na cidade de Uberlândia em março último; ofícios do Secretário de Estado da Segurança Pública em que se reporta aos Requerimentos nºs 2.308, 2.367 e 2.164/2001. Ato contínuo, na fase de discussão e votação de proposição que dispensa a apreciação do Plenário da Assembléia, submetidos a votação, são aprovados os Requerimentos nºs 2.376/2001 e 2.378/2001, do Deputado Sebastião Navarro e 2.421/2001, do Deputado Píndua Ferreira. A seguir, na fase de discussão e votação de proposições da Comissão, são aprovados os seguintes requerimentos dos Deputados Edson Rezende e Luiz Tadeu Leite: seja encaminhado ofício ao Governador, ao Procurador-Geral de Justiça e ao Secretário da Segurança Pública enviando cópia do relatório da visita da Comissão a Alfenas no último dia 28 de junho e pedindo as providências que mencionam; seja encaminhado ofício ao Secretário da Segurança Pública pedindo sejam remetidas à Comissão cópias de todos os documentos produzidos ou coletados no inquérito aberto pela Corregedoria-Geral de Polícia para investigar denúncias feitas contra policiais da 19ª Delegacia Regional de Segurança Pública em Alfenas; seja encaminhado ofício ao Secretário da Segurança Pública pedindo providências para apurar denúncias trazidas à Comissão por Roselaine Ferreira de Souza, de omissão de policiais lotados na 19ª Delegacia Regional de Segurança Pública em Alfenas; do Deputado Sargento Rodrigues: seja realizada reunião destinada a audiência pública da Comissão com as Comissões de Constituição e Justiça e de Administração Pública para debaterem o projeto de lei complementar que trata do Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais; da Deputada Elbe Brandão: seja realizada audiência pública da Comissão em conjunto com a Comissão de Turismo, Indústria e Comércio para discutirem o apoio institucional desta Casa ao VI Congresso Brasileiro dos Clubes da Melhor Idade e à VI Feira de Produtos e Serviços para a Melhor Idade; do Deputado Edson Rezende: seja realizada audiência pública para discutir os atos de abuso de autoridade que teriam sido praticados por policiais da 23ª Delegacia Regional de Segurança Pública em Paracatu; dos Deputados Edson Rezende e Luiz Tadeu Leite: seja realizada audiência pública para discutir o Projeto de Lei nº 1.439/2001; dos Deputados Edson Rezende e João Leite: seja convidado o jornalista José Cleves da Silva do jornal "Estado de Minas" para prestar informações à Comissão, em audiência pública, sobre o andamento do processo referente à morte de sua esposa; do Deputado Luiz Tadeu Leite: seja encaminhada cópia do relatório da visita da Comissão a Alfenas, à Câmara Municipal e ao Vereador Wagner Martins dessa cidade. eloHelslsls

Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de agosto de 2001.

Edson Rezende, Presidente - Elbe Brandão - João Leite - Luiz Tadeu Leite - Durval Ângelo.

ATA DA 67ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Às dez horas do dia sete de agosto de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Bené Guedes, João Leite e Márcio Kangussu, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Márcio Kangussu, dispensa a leitura da ata da reunião anterior e da 66ª Reunião Ordinária, as quais são dadas por aprovadas e subscritas pelos membros da Comissão presentes. O Presidente procede à leitura de correspondência dos Srs. Vitor Sapienza, Presidente da Assembléia Legislativa de São Paulo; Milton Mendes de Araújo, Presidente da Associação dos Empregados da COHAB-MG; Fátima Bayma de Oliveira, Secretária Executiva do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CODEFAT -, todas publicadas na edição do "Diário do Legislativo" de 28/7/2001; e Elvira Mirian Veloso de Mello Cosendey, Coordenadora da Câmara Interinstitucional de Proteção ao Trabalho do Adolescente e Erradicação do Trabalho Infantil -CIPTA-, publicada na edição do "Diário do Legislativo" de 27/7/2001. Após, distribui o Projeto de Lei nº 1.586 e 1.582/2001 ao Deputado Bené Guedes; 1.571 e 1.572/2001, ao Deputado João Leite, e 1.580/2001, ao Deputado Luiz Menezes. Na seqüência dos trabalhos, a Presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação das proposições sujeitas à deliberação conclusiva da Comissão. O Presidente submete a discussão e votação, em turno único, e são aprovados, os Projetos de Lei nºs 1.446, 1.525 e 1.537/2001 (relator: Deputado Bené Guedes), o último com a Emenda nº 1. A seguir, submete a votação os Requerimentos nºs 2.348, 2.363, 2.364, 2.379 e 2.381/2001, que são aprovados. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e votação de proposições da Comissão. O Presidente procede à leitura de requerimento de autoria do Deputado Paulo Piau em que solicita seja realizada audiência desta Comissão para discutir o Cooperativismo do Trabalho. Submetido a Votação, é aprovado o requerimento. Neste momento, O Deputado Dalmo Ribeiro Silva transfere a Presidência ao Deputado Bené Guedes e apresenta requerimento em que solicita seja realizada reunião desta Comissão para discutir sobre as denúncias formuladas pela FTIEMG contra a Acesita Energética. Submetido a votação, é aprovado o requerimento. Reassumindo a Presidência, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva submete a discussão e votação os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.030 e 1.313/2000; 1.448, 1.504, 1.506 e 1.507/2001, que são aprovados. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de agosto de 2001.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Luiz Menezes - João Leite.

ATA DA 15ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Às dez horas do dia quatorze de agosto de dois mil e um, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Arlen Santiago e Ermano Batista, membros da supracitada Comissão. Encontra-se presente, também, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva. O Presidente, Deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião, nos termos do art. 125, § 3º, do Regimento Interno, e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a ouvir explanação sobre os 30 anos de atividade da polícia rodoviária em Minas Gerais e, em seguida, registra a presença do Maj. Antônio Gonçalves Silva, Comandante da 7ª Polícia Rodoviária da PMMG, e do Cap. Helton Gonçalves Silva, Subcomandante da 7ª Polícia Rodoviária da PMMG. Após as considerações iniciais do Deputado Arlen Santiago, autor do requerimento que suscitou a realização da reunião, abre-se amplo debate entre os convidados e os parlamentares. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de agosto de 2001.

Arlen Santiago, Presidente - Doutor Viana.

ORDEM DO DIA

Ordem do dia da 65ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, a realizar-se às 10 horas do dia 22/8/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater a situação dos servidores designados, da área da educação, tendo em vista o concurso público a ser promovido pela Secretaria de Estado da Educação.

Convidados: Srs. Murílio Avellar Hingel, Secretário da Educação; Maria Stela do Nascimento, Subsecretária de Desenvolvimento Educacional.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 15h30min do dia 17/8/2001, destinada à comemoração dos 100 anos de emancipação político-administrativa do Município de Esmeraldas.

Palácio da Inconfidência, 16 de agosto de 2001.

Antônio Júlio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 57/2001

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Arlen Santiago, Geraldo Rezende, João Batista de Oliveira e Mauro Lobo, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 21/8/2001, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente, o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 16 de agosto de 2001.

Sebastião Navarro Vieira, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei nº 14.827

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Anderson Aauto, Chico Rafael, Fábio Avelar e João Paulo, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 21/8/2001, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se elegerem o Presidente, e o Vice-Presidente e de se designar o relator.

Sala das Comissões, 16 de agosto de 2001.

Kemil Kumaira, Presidente "ad hoc".

MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÃO

A Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, a manifestação, junto ao Presidente do Senado Federal e ao Ministro da Educação, de apoio à estrutura original do Programa Especial de Treinamento - PET -, do Ministério da Educação, destinado à formação de profissionais do ensino superior, e de contrariedade à nova sistemática que se pretende implantar nesse Programa a partir deste ano (Requerimento nº 2.306/2001, da Comissão de Educação).

MANIFESTAÇÕES

A Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações:

de repúdio ao Presidente da República pela edição da Medida Provisória 2.418-1, que revoga o Código do Consumidor, no que diz respeito às medidas de racionamento de energia elétrica (Requerimento nº 2.296/2001, da Comissão de Defesa do Consumidor);

de congratulações com a Associação Municipal de Apoio Comunitário, de Juiz de Fora pelo 13º ano de funcionamento do Programa da Terceira Idade (Requerimento nº 2.348/2001, da Deputada Maria Olívia);

de pesar com a Sra. Iolanda Souza Fonseca pelo falecimento do Sr. Antônio Rigueira da Fonseca (Requerimento nº 2.356/2001, do Deputado Eduardo Brandão);

de pesar com o Centro Social dos Cabos e Soldados da PMMG pelo falecimento do Soldado PM Geraldo Fernandes Parreira (Requerimento nº 2.361/2001, da Comissão de Direitos Humanos);

de pesar com a Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais pelo falecimento do Soldado PM Geraldo Fernandes Parreira (Requerimento nº 2.362/2001, da Comissão de Direitos Humanos);

de congratulações com a Sra. Ana Lúcia Sangiorgi por ter tomado posse, em 20/6/2001, no cargo de Presidente do Lions Clube Gutierrez, em Belo Horizonte (Requerimento nº 2.363/2001, da Deputada Elaine Matozinhos);

de congratulações com a Sra. Maria de Fátima Batista Lacerda por ter tomado posse, em 25/6/2001, no cargo de Presidente do Lions Clube Floresta, em Belo Horizonte (Requerimento nº 2.364/2001, da Deputada Elaine Matozinhos);

de congratulações com o Sr. Aécio Neves, Presidente Interino da República Federativa do Brasil, pela inclusão dos 23 Municípios do vale do Mucuri nos cadastros da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE (Requerimento nº 2.373/2001, do Deputado Marcelo Gonçalves);

de congratulações com a Fundação Dom Bosco pelo transcurso de seu 40º aniversário (Requerimento nº 2.379/2001, do Deputado Sávio Souza Cruz);

de congratulações com o Diretor do ABN AMRO Bank/Banco Real S.A. pela realização do Concurso Talentos da Maturidade (Requerimento nº 2.381/2001, da Deputada Maria Olívia);

de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Arruda da Silva, ex-Presidente da Câmara Municipal de Carmo do Cajuru (Requerimento nº 2.383/2001, do Deputado Marcelo Gonçalves);

de pesar pelo falecimento do Sr. Gerson de Britto M. Bosen, ex-Reitor da UEMG. (Requerimento nº 2.392/2001, do Deputado Sávio Souza Cruz).

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

267ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 9/8/2001

O Deputado Chico Rafael - Sr. Presidente, demais colegas, público e imprensa presente, telespectadores da TV Assembléia, em especial o povo de Pouso Alegre, tratarei de um assunto delicado, que constrange a todos nesta Casa, e peço licença aos colegas e à Presidência para abordá-lo, por razão de consciência, responsabilidade e prestação de contas ao povo que me trouxe a esta Casa. Recebam isso como um desabafo de alguém que traz o tema em sua consciência, travado na garganta, não conseguindo, assim, encarar o povo que o elegeu.

Há alguns dias passo por essa grande dificuldade, como a maioria dos colegas, graças às notícias que vêm sendo publicadas pelos jornais de Minas Gerais acerca da situação da Assembléia Legislativa no que se refere ao que se paga aos Deputados a título de subsídios, vencimentos e ajudas de custo.

Nunca vivi uma situação tão constrangedora. O problema não é apenas o valor pago aos Deputados, mas também o sistema da Casa. Todos sabemos da dificuldade de um parlamentar e da sua necessidade de recursos para sustentar o mandato, mas isso nunca foi divulgado para o povo de Minas. Talvez, se houvesse transparência, não estaríamos vivendo tal constrangimento.

Vim para esta Casa imbuído de um ideal de servir, participar e fortalecer nosso parlamento e a democracia do País. Quando aqui cheguei, já existia um mecanismo aceito por todos, e, muitas vezes, posicionei-me diferentemente em algumas questões, como a da verba de subvenções. Paguei caro, pois vários Deputados colocaram-me em uma situação difícil, dizendo que não tinha coleguismo e não me importava com o que se passava com meus companheiros em dificuldades de mandato. Agora, pergunto: a quem devemos satisfação? Um ao outro ou cada um de nós à sua consciência, em primeiro lugar, e ao povo que nos colocou aqui?

Minha mãe, meu filho, meus irmãos, enfim, minha família hoje passa por uma situação difícil: o povo os olha como alguém que se aproveita do poder público, quando essa não é a verdade. Isso acontece porque não adotávamos mecanismos de transparência na Casa.

Neste momento de crise, nós e toda a sociedade mineira sabemos da necessidade de fortalecer o parlamento e a democracia, pois sem um parlamento forte não teremos uma democracia forte e, conseqüentemente, penalizaremos o povo.

Estamos em um momento de crise, mas tiraremos proveito, para tornarmos o Poder Legislativo mais transparente, a fim de que o povo possa ter acesso a todas as informações, inclusive com relação ao que é pago aos Deputados, a título de salário, de ajuda de custo ou de qualquer outra denominação que queiram dar. O povo tem de saber o que está acontecendo aqui. Afinal de contas, fico me questionando e me lembrando dos meus discursos que fazia em praça pública, dizendo que trabalharia pela ética, pela moralidade e pela transparência. Qual é a ética e a moral que temos hoje perante o povo de Minas Gerais? Como conseguiremos encarar o nosso povo? Aproveitaremos este momento conturbado para tirar a lição de que este parlamento precisa ser transparente. Há uma comissão de parlamentares estudando a questão dos vencimentos dos Deputados. Seja qual for o valor a ser atribuído, precisa ser transparente. A sociedade precisa saber quanto paga aos Deputados para representá-la. Ninguém aqui carrega em suas costas a pecha de marajá. Todos somos homens responsáveis e trabalhadores, imbuídos de boas intenções, que querem o melhor para o povo de Minas. Não podemos continuar calados. Temos de enfrentar essa questão de frente e dizer ao povo de Minas que existem falhas e problemas, mas estamos dispostos a resolvê-los, para podermos resgatar a dignidade do parlamento perante o povo.

É importante que mudemos o sistema. Por onde passamos, ouvimos que nas próximas eleições haverá grande renovação nesta Assembléia Legislativa. Pergunto aos senhores e à sociedade mineira que assiste aos nossos trabalhos se, mudando apenas os que compõem o parlamento, melhorará. Precisamos mudar o sistema vigente, com relação à prestação de contas da Assembléia Legislativa, com relação ao Tribunal de Contas do Estado, ao Poder Judiciário e ao Ministério Público. Precisamos dar transparência ao processo. Se tivesse sido publicado que os Deputados recebem R\$30.000,00 de salário e R\$30.000,00 de ajuda de custo, tenho a certeza de que não estaríamos passando por esse vexame. Não há como explicarmos isso para o povo. Temos de adotar alguns mecanismos, fazendo-os valer. Pode ser dito que os Deputados ganharão R\$30.000,00, R\$40.000,00 ou R\$50.000,00, mas o mecanismo tem de ser cumprido, não da forma que era exercida antigamente.

Colegas, aceitem isso da minha parte como um desabafo de alguém que está com a sua consciência carregada, porque menti para o povo, quando foi publicado no jornal que o salário era de R\$20.000,00, sendo que recebíamos muito mais. Tenho de fazer essa confissão, para me sentir mais aliviado, ainda que a minha carreira política termine por aqui, mas sairei com a consciência tranqüila, de alguém que está tentando dar a sua parcela de contribuição, chamando a atenção dos senhores, para que enfrentemos essa situação. Precisamos dizer ao povo de Minas que erramos, mas estamos dispostos a colocar o parlamento nos trilhos, para que uma das estruturas máximas de um poder democrático seja salva.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão (em aparte) - Sou testemunha, em relação à sua postura na Assembléia Legislativa, de uma pessoa que também sempre manifestou preocupações com essa situação. No entanto, temos de partir do princípio de que todos erramos. A dimensão do erro, quem errou mais ou menos, não está em discussão neste momento, mas pode estar e estará em discussão permanentemente.

Quero apenas fazer um reparo em relação às suas reflexões, porque fica parecendo que a Assembléia Legislativa não está atuando nessa questão; mas está, as bancadas estão, somos testemunha disso. A Mesa da Assembléia Legislativa se reuniu, está reunida, tem se reunido e constituiu uma comissão especial para tratar disso. A Assembléia Legislativa tomou uma medida para que, se eventualmente os nossos atos puderem ser entendidos como prejuízo ao povo de Minas Gerais, esses atos sejam estancados, não tenham continuidade. Não haverá continuidade de eventual prejuízo que possa ser apurado futuramente. As medidas tomadas pelo Presidente desta Assembléia, pela Bancada do PT e, tenho certeza, pela manifestação de todos os outros colegas deste parlamento são extremamente austeras. Pagar aos parlamentares o que anunciou o Presidente da Assembléia Legislativa, incluindo uma série de atividades parlamentares nesse pagamento, representa uma restrição muito significativa dos recursos. Se comparado com o salário mínimo do nosso País, ainda pode continuar sendo uma situação até de indignação para muitos. Comparar R\$5.000,00, R\$8.000,00 com um salário mínimo de R\$180,00 resulta numa distância abismal. E isso não ocorre só com o salário de parlamentares. Há outros salários. Queria apenas que V. Exa. dissesse isto para o povo de Minas, olhando nos olhos de cada um, reconhecendo que houve irregularidades, inconformidades. Essa é uma atitude de grandeza desta Assembléia Legislativa e de todos nós, parlamentares.

Transparência não é algo que deva ser cobrado só dos parlamentares. É uma exigência de Estado, da sociedade mineira para todos. Essa exigência tem de se estender ao Judiciário, ao Ministério Público, ao Executivo, aos órgãos da administração indireta, a todas as outras ações governamentais. Minas, além de ser o espaço da liberdade, deve ser também o espaço da transparência. E sobre isso a Assembléia Legislativa está debruçada, produzindo muitas reflexões, fazendo análises. Vamos encontrar soluções. Não me cabe neste momento dizer que continuamos constrangidos. Estamos fazendo uma confissão cujo ato está sendo continuado. A Assembléia Legislativa, diferentemente de muitos órgãos, está se revelando. Nós, Deputados, temos como revelar isso em todas as dimensões, mas estamos priorizando o que é urgente. O que é necessário, o que é imediato, a Assembléia Legislativa fez e está fazendo: tomou uma medida de austeridade, uma medida de restrição imediata do pagamento. Concorro plenamente com V. Exa., venho a este microfone estabelecer a minha solidariedade e apoio. Temos de garantir ao povo de Minas Gerais que todas as nossas ações sejam absolutamente transparentes em todos os níveis.

O Deputado Chico Rafael - Agradeço o aparte do Deputado Adelmo Carneiro Leão. Acredito nele e creio na missão dessa comissão que foi constituída para fazer um estudo. Vamos conseguir avançar.

Quero deixar uma mensagem aos colegas parlamentares que vêm à tribuna fazer críticas aos outros Poderes do Estado: caros colegas, se querem mudar o mundo, comecem dando três voltas ao redor da sua própria casa. Muito obrigado.

O Deputado Durval Ângelo* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o que me traz a esta tribuna é a dor de nos ver estampados em noticiário do Estado. Somos homens e mulheres que, bem ou mal, sempre procuraram representar bem esta instituição, com uma visão de construção do processo democrático.

Essa dor é pessoal, por ver, depois de uma longa trajetória de denúncias, fiscalização e pleno exercício do mandato parlamentar, o nome pronunciado, de forma injusta e equivocada, por algumas pessoas. A começar pela última segunda-feira, na boca de um Prefeito da Região Metropolitana de Belo Horizonte, ex-Deputado desta Casa. Ironia, pura ironia, porque ele foi Líder do Governo Tancredo, sabia muito bem a sistemática de remuneração aqui e nunca levantou a voz.

Vi também o nosso nome na boca de um repórter de uma grande rádio de Minas Gerais que já foi Vereador em Belo Horizonte. O povo foi sábio com ele, porque lhe deu somente um mandato. Ele era muito conhecido na Câmara de Belo Horizonte, por participar da famosa caixinha para a aprovação de zoneamento na Capital.

Essa dor também é familiar. Permanentemente converso com minha esposa e meus filhos. Meus filhos estão sofrendo cobranças na escola, cobranças pela forma como as coisas são abordadas. Mas eles conhecem o pai que têm, e isso, para mim, vale tudo.

Sinto dor por amigos que ligam pedindo explicações, e vejo a dor de Minas Gerais ao ver o seu Poder sendo escancarado, em alguns aspectos, de forma correta e transparente, e em outros, com uma visão sensacionalista.

Mas a dor é sempre uma boa companheira, pois radicaliza o humano existente em nós, questiona valores, educa procedimentos, desperta para vãos novos e novos trajetos. Em função dessa dor, quero aqui fazer um relato.

Em 1988, fui eleito Vereador em Contagem. Um Vereador lá recebia R\$17.000,00. Todos os 5 Vereadores do PT, num grupo de 19, também recebiam R\$17.000,00. Vinte e três pessoas, entre elas 11 do meu gabinete, todos os funcionários do meu gabinete, fizeram uma representação ao Ministério Público, à Dra. Miriam Steve, denunciando que a cobrança baseada em informações que alguns Deputados prestavam era errada. Fui o único Vereador que depôs e dei o primeiro depoimento à Dra. Miriam Steve, brilhante Promotora, que orientou toda a linha de procedimentos que tomou. O salário de Contagem foi reduzido.

Foi preciso haver devolução. Naquela época, sofri retaliação. Fiquei durante sete meses sem receber salário, porque a Presidente - que ainda é Vereadora - me perseguiu. Fiquei sem gabinete. Foram cortados o telefone e a luz. Ai a imprensa noticiou. Saiu no "Jornal Nacional", da Rede Globo, pela primeira vez na vida. A reportagem mostrava o meu gabinete na rua, porque não tinha espaço dentro do Poder Legislativo.

Vim para esta Assembléia. Aqui, o jornal que tinha como Vereador, o jornal "Presença", que 7 mil amigos recebem no Estado, todo mês trazia o salário dos Deputados. Aqui tenho uma prestação em valores líquidos, de junho de 1997. Aqui tenho um jornal de fevereiro de 1996, que diz que o valor líquido era de R\$35.519,52. São vários jornais, que, até meados de 2000, traziam todas as informações, inclusive a forma como gastávamos. Foi esse jornal que permitiu que toda a imprensa tomasse conhecimento do salário dos Deputados desta Casa.

Quero deixar bem claro que o primeiro jornalista que divulgou essa questão foi o Carlos Barroso, em 1995, usando o meu jornal. Aquele jornalista, que, na época, trabalhava no "Diário da Tarde", me perguntou se queria que a divulgação fosse em "off". Disse-lhe que não. O Carlos Barroso se lembra disso muito bem. Depois disso, em 1996, o jornalista Eliseu Lopes colocou esse boletim como fac-símile do jornal "Hoje em Dia". O ex-Deputado Antônio Pinheiro, em 1997, depois que tinha sido Deputado, em função dessas divulgações, disse que ganhou num mês US\$89.000,00, valor bem mais alto do que o de hoje. Em 1999 - e tenho o jornal aqui -, causou um grande rebuliço em Minas Gerais a divulgação do meu valor de R\$41.595,11, com R\$33.000,00 de gastos, aqui comprovados. O líquido foi de R\$8.151,24. Esse jornal causou um grande rebuliço, porque eu já era membro da Mesa. O interessante é que quatro dias depois da divulgação - como aconteceu outras vezes -, fui apresentado como o Deputado dos R\$42.000,00. Misteriosamente, a imprensa deixava de dar a notícia. Vamos olhar na contabilidade da Assembléia para saber qual era a remuneração dos órgãos. Assim saberemos por que, misteriosamente, a notícia não era dada novamente. Por quê? Seria muito bom que a imprensa investigasse esse assunto.

Tenho um boletim em meu gabinete demonstrando que na última campanha em Contagem um ex-Prefeito usou o argumento de que eu fui o único Deputado que ganhava R\$42.000,00, tinha salário de marajá. No entanto, essa pessoa, ex-Deputado, hipócrita, convenceu a população.

Deixo bem claro que na minha divulgação cometi um erro, que reconheço diante dos colegas. Nunca fiz separação entre verba remuneratória, salário, remuneração e verba indenizatória. Como os valores eram misturados, dava a impressão de que era um salário real, talvez para os outros colegas que o recebiam, porque eu explicava como eram feitos os gastos, inclusive com a estrutura de gabinete. Talvez a falta de compreensão me tenha levado a isso.

Agora, no entanto, vem o mais grave: as entidades sindicais, quando ficaram sabendo do salário de R\$42.000,00, recorreram ao Ministério Público e fizeram uma denúncia, usando o

meu jornal "Presença", ao Dr. Epaminondas Fulgêncio Neto. O Dr. Epaminondas montou uma comissão, fez uma investigação e concluiu que, "pelo exposto, inexistindo circunstâncias fáticas ensejadoras de apuração e procedimento administrativo afetas às atribuições do Ministério Público, determina o arquivamento do expediente à mingua de justa causa para a sua tramitação".

E só uma "ratio" deu esse relatório, apesar de a minha jornalista, que está aqui, ter feito "release" para todos os órgãos de imprensa: disse que era fofoca de Deputado da Oposição, que tinha legalidade a questão. Então, agora, por que a imprensa não investiga a razão de o Ministério Público ter dado esse parecer? A questão era legal, mas o Procurador disse: "Fazendo a distinção da verba remuneratória da verba indenizatória".

Não concordo, meus colegas, com que V. Exas. sejam tratados, quanto à questão remuneratória, como bandidos, porque não o são. Se quiserem acusar-nos com outras denúncias, realizar uma CPI, vamos apurar e vamos até cassar, mas, quanto à questão da remuneração não.

O Poder Legislativo e a imprensa são dois órgãos fundamentais na consolidação da democracia. O parlamento é o ar que respiramos, é o ar que a democracia respira, e a imprensa é o pulmão dessa democracia. Qualquer estado de força, qualquer ditadura fecha, primeiro, o parlamento e, depois, cala a voz da imprensa, com toda a certeza.

Vamos ter clara a ética jornalística. Para dar um exemplo, vimos o episódio da escola de base em São Paulo. Difamaram-na, caluniaram-na, como se lá houvesse estupradores de crianças. A escola foi apedrejada, os nomes das pessoas foram jogadas na lama. O que foi reconstruído depois disso? Que a imprensa divulgue o que é o público e o que é o político, mas que deixe preservado o direito à vida privada dos Deputados.

Deputado João Leite, foi colocada uma faixa na frente da Delegacia de Furtos, naquele antro de tortura, naquela masmorra, com os seguintes dizeres: "Srs. Deputados" - e é para mim e para V. Exa. - "que defendem direitos humanos, que ganham salário de R\$60.000,00, como vão, agora, defender direitos humanos?".

Vamos, sim, Deputado João Leite, ainda nesta semana, naquele antro que tem Cachimbinho e tantos bandidos, mas soltos, dizer que a nossa vida é o testemunho que temos para dar. A sua vida é o testemunho que tem para dar. Podemos levantar a cabeça, porque podemos andar de cabeça erguida.

Daqui para frente, o fundamental é que a sociedade está delineando o que quer dos seus Deputados, como quer que seu Deputado exerça seu mandato.

A nota do Presidente é elogiável. O Deputado Antônio Júlio está de parabéns. Digo, sinceramente, que não foi o meu candidato à Presidência no primeiro momento, mas hoje seria, com toda a certeza, não por reconhecer erros, porque não reconheceu, mas por fazer aquilo que o Deputado Adelmo disse: suspender o pagamento e exigir um novo modelo.

É bom que digamos, de público, que esse modelo faliu. Em 1993 e 1994, houve uma investigação da Receita Federal que determinou que tudo fosse incluído no contracheque como pagamento, para fins de declaração ao Imposto de Renda. E foi a partir daí que começamos a ter valores altos, já que verba gasta em gabinete como combustível passou a ser traduzida em salário. Esse modelo ruíu, e o Deputado Antônio Júlio reconheceu isso.

Quero também destacar a nota do PT e dizer que o PT não se excluiu, mas reconheceu seus erros. O PT não quis jogar pedras nos colegas Deputados. Sentiu-se como parte do todo, mas apontou a questão da transparência, a busca de um novo modelo.

E a direção do PT sabia disso tudo.

Este Deputado manda o jornal para os dirigentes do partido.

E mais: José Dirceu esteve nesta Casa, reunido com a bancada. Fiz um relato do que tenho no contracheque que está na minha agenda, aqui ao lado, para o Deputado José Dirceu, para a direção estadual, para todos do PT. Recebemos, ontem, a solidariedade da bancada. Hoje, a nota da Presidente, sua intervenção, destoa do que foi discutido com a direção do partido.

Trazemos, também, uma proposta única para repensar esse modelo. Acho que temos que ter um contracheque único, essa é minha sugestão, tanto para verba remuneratória quanto para verba indenizatória. É fundamental que essa questão esteja presente. Mas agora, meus colegas, também temos que repensar o modelo de Deputado. Não pensem que são apenas os Deputados de outros partidos que têm clientelismo, nós, da esquerda, também o temos, só que aqui o clientelismo chama: ajuda à chapa de Oposição - R\$5.000,00; ônibus para o pastor Tal - R\$920,00; escola popular Tal - R\$6.000,00; Paróquia Tal - R\$240,00. E aqui vem: campanha eleitoral do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de tal lugar - R\$5.000,00; fundo de bancada... Sabem quanto os Deputados do PT repassaram, num ano, para o PT estadual? R\$516.000,00. Isso também é clientelismo, então, também temos que pensar esse modelo.

O Deputado tem que exercer ação fiscalizadora e tem que exercer ação julgadora. Tem que exercer ação fiscalizatória, tem que exercer ação legislativa. Então, temos que repensar o modelo de Deputado.

Gostaria, nesta dor, em homenagem aos meus sete filhos, de terminar com a frase de Carlos Drummond de Andrade: "Chegou um tempo em que a vida é uma ordem. A vida apenas, sem mistificação". Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, povo que nos assiste pela TV Assembléia, gostaria, de público, de poder referendar as palavras dos companheiros Chico Rafael e Durval Ângelo.

Sr. Presidente, como aqui disseram os oradores que me antecederam, sabemos que a Assembléia tem suas falhas e, certamente, este é o momento de estarmos aqui corrigindo-as. Gostaria de deixar claro que não estou aqui falando em nome da Bancada do PSB, mas sim na condição de Deputado, e Deputado de forma independente, como aqui cheguei. Quero dizer que este é o momento de fazermos uma grande reflexão, de dizer que verdadeiramente trabalhamos, e muito, nesta Casa. Tenho dado todo o meu empenho, todo o meu suor defendendo aqui as causas da segurança pública, dos servidores públicos e as melhores propostas de lei, que, certamente, estão tramitando nesta Casa, para as quais damos nossa contribuição.

Estou com dois anos e meio de mandato e tenho a felicidade de já ter na Casa quatro leis aprovadas. Tenho a certeza de que contribuíram muito para o povo. Mas entendo que este é o momento de a Casa fazer uma reflexão e, juntamente com o Presidente Antônio Júlio, tomar as medidas necessárias.

Quero poder estar caminhando no meio do povo e dizer que ganho "x" e poder mostrar o meu contracheque. Como disse o Deputado Durval Ângelo, o pior de tudo isso é a hipocrisia de muitos meios de comunicação. Essa hipocrisia também tem que acabar. Não podemos cortar a própria carne, mas esquecer também de exercer o nosso mandato com essa clareza e essa transparência.

As forças ocultas, que aqui pairam, também deveriam fazer o mesmo que estamos fazendo e dizer com clareza o que ocorreu, pelo menos até o presente período do mandato que venho exercendo na Casa. As coisas não são da forma que estão sendo postas por alguns meios de comunicação. Não é tão bonito e maravilhoso falar que estão fiscalizando o Poder Legislativo dessa forma.

No momento, para que possamos fortalecer a democracia, a liberdade e o direito à vida, temos que estar buscando a transparência. Espero que o chamado quarto poder - a mídia, toda

a imprensa - dê a sua colaboração. Entendo que é o momento de a imprensa também fazer uma reflexão com relação às atividades do parlamento mineiro. Todos tem que contribuir. O Poder Executivo, o Legislativo, o Judiciário e o chamado quarto poder. Todos temos falhas.

Tenho a certeza de que a Assembléia Legislativa vai dar seu grande exemplo. As medidas anunciadas pelo Presidente Antônio Júlio neste primeiro momento podem ter repercussão ruim para os Deputados, mas o tempo vai dizer que foi a melhor coisa. E voltaremos a exercer o nosso mandato com toda tranqüilidade e transparência. Mas é necessário que os outros órgãos e poderes o façam da mesma forma.

Como disse o companheiro Chico Rafael, vamos dar as três voltas que precisamos em torno da nossa Casa. Quero tornar público, ao nosso Presidente e aos demais companheiros da Casa que para mim é fundamental que a solução seja dada o mais rápido possível. Espero que a comissão nomeada pelo Deputado Antônio Júlio possa trazer a solução e tornar as coisas mais transparentes. Ai poderemos recomeçar nossos trabalhos e mostrar verdadeiramente que a questão foi solucionada.

Nós, que somos chamados Deputados do baixo clero, como algumas pessoas costumam dizer, não é por falta de às vezes opinarmos ou de tentarmos, conforme tentamos várias vezes, mas não estamos querendo declinar a culpa a qualquer companheiro da Casa. Este é o melhor momento para que possamos dar a transparência e a publicidade que são princípios da administração pública. Tenho a certeza de que a comissão nomeada pelo Presidente vai dar fim a esta situação.

Por outro lado, vamos também deixar de ser vítimas de forças ocultas que pairam sobre o Poder Legislativo.

Tenho certeza de que o Poder Legislativo não vai poder continuar pagando um preço por algo que às vezes nem é tão grande quanto estão divulgando. O Poder Legislativo dará a volta por cima, e vamos continuar exercendo o nosso mandato com toda transparência e, acima de tudo, dentro dos princípios que regem a administração pública, que são a publicidade, a transparência, a moralidade e a razoabilidade. Entendo que tudo o que está acontecendo servirá para o nosso amadurecimento, dos membros do Poder Legislativo. Certamente novos tempos iniciarão, e cada vez mais teremos a tranqüilidade de voltar a ocupar a tribuna para falar daquilo que realmente esta tribuna nos proporciona - a oportunidade de fiscalizar, criticar e vigiar, principalmente os outros Poderes, dando continuidade ao nosso trabalho.

Há muito tempo muitos de nós estamos querendo falar desse assunto. O momento acabou chegando. Estamos na hora certa para que possamos, de uma vez por todas, acabar com esse tipo de coisa que estamos vivendo, com esse turbilhão de mensagens que estão sendo colocadas nos meios de comunicação.

Quero deixar claro ao Presidente Antônio Júlio que este é o momento. Se vai pagar 6, 8, 10, 20 ou 23, quero que isso seja feito da melhor maneira possível, com transparência, para que possa mostrar para qualquer cidadão do povo qual é o salário que estou ganhando.

Volto a repetir que, como eu, muitos dos senhores têm a consciência do tanto que trabalhamos e do tanto que estamos fazendo para que as coisas caminhem melhor dentro deste Estado.

É bom lembrar que este Poder Legislativo é a mola que vem retendo diversos problemas, que, muitas vezes, não chegam ao Poder Executivo, mas aos nossos gabinetes.

Como o acesso ao Poder Executivo é mais difícil, vão ao gabinete de um Deputado. O gabinete é que tem que esperar para tentar solucionar, muitas vezes, problemas que fogem verdadeiramente, do ponto de vista constitucional, das funções de um Deputado. O Deputado acaba se desdobrando para solucionar problemas que fogem à sua alçada. É esse Poder Legislativo que acaba sofrendo uma sobrecarga de problemas. É por isso que, às vezes, a Casa não tem condições de fazer uma reflexão para que as coisas transcorram da melhor maneira possível.

Acho que chegou o momento. É como diz o velho ditado popular: é preferível avermelhar por um minuto do que amarelar para o resto da vida. Acho que o Presidente Antônio Júlio tem que tomar uma decisão para que possamos trabalhar com tranqüilidade, com dignidade, acima de tudo reconhecendo que, se houve falha, está sendo corrigida. Muito obrigado.

O Deputado Márcio Cunha* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa, ilustres visitantes, um assunto que julgo extremamente importante, não só para este Estado mas também para este País, traz-me hoje, mais uma vez, a esta tribuna. Estamos vendo e ouvindo o Governo Federal falar na prorrogação da CPMF. Mas a que, efetivamente, destinou-se? O que, efetivamente, foi feito com esse dinheiro? Hoje estamos vendo o Governo Federal impondo aos Estados e municípios brasileiros uma verdadeira posição de penúria e, mais do que isso, uma posição de mendigantes perante o Governo Federal.

É por isso que muitos de nós, liderados pelo Governador Itamar Franco, estamos a exigir uma discussão nacional a respeito do pacto federativo. Não mais podemos conviver com a atitude do Governo Federal, que nos impõe uma camisa-de-força, uma situação de subalternos à sua política econômica. Isso é antidemocrático e prejudicial aos Estados e municípios. Registro essa questão para que fique nos anais da Casa. Desde que fui Vereador por Belo Horizonte, por quatro mandatos, ou seja, 16 anos, já era entusiasta do imposto único eletrônico, por achar impossível conviver com a situação tributária do nosso País. O Governo Federal, pegando uma "carona" na idéia levantada por muitos, instituiu a CPMF. E, embora dizendo que esse recurso serviria à saúde, ele foi para o caixa único do Governo Federal, que hoje leva os Estados e municípios a uma verdadeira situação de mendicância.

A proposta de emenda constitucional que prorroga a CPMF até 2004 já está tramitando na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. Segundo o Presidente da Câmara, Deputado Aécio Neves, a emenda será desmembrada. Dessa forma, a proposta que institui o chamado "incidente de constitucionalidade" passará a ser discutida separadamente no Congresso Nacional. O certo é que essa contribuição, que deveria ser provisória, está se tornando definitiva, tendo em vista que vem sendo prorrogada há anos. Apesar de ser uma matéria constitucional, restrita ao Congresso Nacional, esse assunto é de interesse de todos os brasileiros, pois todos são afetados diretamente pelo imposto do cheque.

Conversei com o nosso Secretário da Fazenda, Dr. Tróia Reis, quando fizemos uma análise daquilo que o Governo de Minas paga ao Governo Federal, e, se na rediscussão da CPMF, o montante pudesse ser reescalado aos Estados e aos municípios, Minas poderia melhorar o sistema de saúde pública e fazer outros investimentos.

Abro a discussão desse tema aqui na Assembléia Legislativa de Minas, devido à polêmica do mandado de prisão do Secretário de Saúde de Belo Horizonte, Evilásio Teubner, que também é gestor do Sistema Unificado de Saúde - SUS - em Belo Horizonte. Tudo porque a PBH se recusou a pagar R\$88.000,00 pela cirurgia do motorista Giovanni Desterro, portador de aneurisma múltiplo. O caso do motorista merecia realmente a atenção: por ser uma pessoa de poucos recursos não poderia bancar essa caríssima cirurgia. A Prefeitura de Belo Horizonte argumenta, com razão, que se for pagar cirurgias do mesmo porte, todo o sistema de saúde da Capital ficará comprometido, pois o SUS não repassa recursos para esse tipo de procedimento médico.

Fica uma pergunta, Srs. Deputados, que não podemos deixar de formular: onde estão os recursos do imposto do cheque, que deveriam atender ao sistema de saúde? Depois que o Governo Federal comprovou o volume arrecadado - algo acima dos R\$18.000.000.000,00 anuais -, passou a utilizar o dinheiro da CPMF como tampão de sua inoperante política social.

O pior é a utilização politiquera dessa contribuição, que não atinge somente quem tem conta em Banco, pois é certo que a indústria e o comércio repassam os custos relativos à CPMF para o consumidor. Agora mesmo, o Governo FHC pretende utilizar parte da CPMF para bancar a mais nova peça de "marketing" dos tucanos, a bolsa-escola. Fala-se até que o imposto do cheque deverá repassar recursos para a aquisição e a distribuição de cestas básicas, com a desculpa de se combater a fome indigente de milhões de brasileiros.

Sabemos que, pela atual composição da Câmara dos Deputados, a prorrogação do imposto do cheque, que tanta polêmica ainda provoca entre os brasileiros, não deverá ter dificuldades para avançar. Vale lembrar que existem membros da oposição, como Lula, atual pré-candidato do PT à Presidência da República, que defendem a manutenção da CPMF. Ou seja, sem oposição forte, as alterações propostas pelo Governo não terão dificuldades de ser aprovadas. Mas o certo seria termos uma CPMF com característica de fiscalização, e não de arrecadação de impostos. Por isso, é preciso que toda a sociedade discuta amplamente essa questão, para diminuir a pesada carga tributária que arrocha os brasileiros e dificulta o desenvolvimento do País. Afinal, de imposto provisório, essa contribuição está-se tornando permanente, sem que os brasileiros possam reagir. Por que não dar oportunidade de abater essa contribuição no Imposto de Renda? É preciso que o Congresso discuta, nessa nova proposta do Governo, a possibilidade de incluir a correção do Imposto de Renda.

O Governo insiste em desempenhar com desenvoltura o tópic número 6 das chamadas "leis de Kafka", inventadas pelos economistas Roberto Campos e Alexandre Kafka. O primeiro, dispensa apresentação; o segundo, durante décadas foi representante do Brasil no Fundo Monetário Internacional. Segundo eles, essas "leis" refletem determinadas características dos países da América Latina que os diferenciavam dos demais e explicavam as causas de seu subdesenvolvimento. A de nº 6 dizia: "Tendo sido a lógica inventada pelos gregos no hemisfério Norte, não tem aplicação ao sul do Equador". Isso explicaria as muitas extravagâncias dos países latino-americanos em termos de instituições e de práticas econômicas.

Talvez seja por seguir à risca as "leis de Kafka" que o Governo insiste em aberrações tributárias como a CPMF, particularmente porque afeta com rigor os mais pobres e, incoerentemente, os recursos não são destinados para minimizar os graves problemas de saúde do País, razão da criação da CPMF.

Absurdamente, constatamos que, infelizmente, o Governo vai prorrogar a CPMF até dezembro de 2004, com alíquota de 0,38%. Até mesmo o FMI já veio a público para apontar a inconveniência da tributação sobre movimentação financeira. Há análises elaboradas por técnicos do Banco Central que mostram as distorções que a CPMF provoca nas transações financeiras, o que reflete fortemente sobre toda a economia nacional.

Srs. Deputados, aqueles que têm o meu pensamento de que o imposto único sobre os cheques é uma das soluções para o País devem ter em mente que tal imposto deve ter possibilidades de ser recolhido, através de uma rede de informática bem-aparelhada.

Como disse, no início deste pronunciamento, a indústria e o comércio repassam para os consumidores os custos desse imposto, mostrando que, mais uma vez, a corda arrebenta do lado mais fraco. Segundo um dos estudos do Banco Central, a CPMF provoca significativas mudanças no processo de intermediação financeira, penalizando sobremaneira os poupadores. O pior é que a totalidade dos recursos arrecadados com a CPMF é gerenciada pelo Governo Federal. Por isso, defendo que os Estados e municípios, de onde sai o grosso do dinheiro do imposto do cheque, deveriam reter parte desse tributo, como ocorre atualmente com o ICMS.

Conversava a respeito com nosso Secretário da Fazenda, Dr. Trópia Reis, dizendo-lhe que parte da arrecadação da CPMF deveria ser destinada para abater as dívidas gráficas dos Estados, pois a acentuação da crise econômica tornou muito difícil a liquidação delas por qualquer um dos governos estaduais.

Nossos congressistas deveriam refletir sobre a possibilidade de o Governo Federal repartir esse bolo com os Estados e municípios, pois, somente assim, fariamos justiça social, evitando escândalos, como o vivenciado pelo Secretário da Saúde de Belo Horizonte.

Cumpr-me, no momento, alertar os Deputados, a opinião pública mineira e os congressistas, em especial os Deputados Federais mineiros que discutem a questão no Congresso Nacional: não podemos ficar de braços cruzados, enquanto o Governo Federal, a pretexto de arrecadar recursos para o sistema de saúde - uma boa idéia -, faz uma farra com esse dinheiro e, especialmente, paga sua conta ao FMI.

A sociedade brasileira tem de rediscutir a questão e, se for inevitável a aprovação da CPMF, deve exigir que esses recursos venham a ser repartidos também com os Estados e municípios. Apelo aos nossos Deputados Federais, que discutirão a questão com o Governo Federal, que condicionem a aprovação do projeto ao fato de tais recursos beneficiarem também os Estados, para que não tenhamos de passar pelo vexame por que passa hoje a Prefeitura de Belo Horizonte e sua população, com esse caso de pedido de prisão do Secretário Municipal da Saúde. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhoras e senhores, vence hoje o prazo da Comissão Especial para discutir a questão das taxas em Minas Gerais. Na qualidade de relator, apresentei, no relatório final, as conclusões a que chegamos, além de apontar as possíveis correções para essa situação tão grave do Estado.

Os dados são alarmantes. As taxas no Estado representam uma forma indireta de cobrança de impostos. Aproximadamente, R\$200.000.000,00 são arrecadados anualmente com essas cobranças. Fizemos um quadro comparativo com o Paraná, com o Rio de Janeiro, com a Bahia e com São Paulo. Observamos que há distorções de taxas que chegam a quase 1.000% de diferença entre o que é cobrado a mais em Minas Gerais e o que não é cobrado, ou o que é cobrado a menos, no Rio de Janeiro, no Paraná e em São Paulo. Isso é um absurdo. Determinadas atividades econômicas do Estado estão praticamente inviabilizadas pela excessiva cobrança de taxas. Fizemos esse levantamento e várias audiências nas cidades do Sul de Minas, como Itajubá, Uberaba e outras, ouvindo a todas as entidades envolvidas, o CDL, a FIEMG, a FAEMG, sindicatos, produtores e todos aqueles que, direta ou indiretamente, sofreram um impacto maior do que os outros setores da sociedade. Nós, do PSDB e do PFL, dissemos que não tínhamos condições de votar aquele que apelidamos de "Boeing 757", pelas graves distorções que provocaria. De fato, foram provocadas. Hoje, aquele que produz muda, por exemplo, não tem condições de sobreviver. O nosso relatório comprovou que as taxas estavam além do razoável. O princípio da razoabilidade contemplado na Constituição Estadual foi ferido. Tivemos de concluir que muitos casos se caracterizam como confisco, que é algo proibido pela Constituição Federal. Em razão dessas conclusões, propusemos, desde já, dois projetos de lei. Um terceiro será concluído na semana que vem. Visam fazer a correção dessas distorções. Peço aos nobres pares desta Casa que apoiem essas conclusões da Comissão Especial, originada de um requerimento do Deputado Paulo Piau, que foi o seu Presidente. Propusemos a isenção total das taxas para todas as microempresas e para as empresas de pequeno porte, o que é contemplado no art. 145 da Constituição Federal. Por meio dessa proposta de projeto de lei, estaremos contemplando isso também no Estado de Minas Gerais.

Estamos pedindo apoio também para o projeto de lei do Deputado Chico Rafael que propõe a correção da cobrança do diferencial cobrado nos Estados, que é, na maioria dos casos, como em São Paulo, Rio de Janeiro e Goiás, de 12%. Está propondo um crédito de 6% em Minas Gerais. Então, haveria um equilíbrio.

Outra questão é que já reduzimos as taxas. Propusemos a redução no caso do transporte das mudas para meia UFIR. Deveria ser zero, porque ela não é cobrada no Rio de Janeiro, no Paraná, na Bahia, mas, para não criar graves distorções aqui, criamos 0,5% para as mudas. Reduzimos a taxa do transporte de cada veículo de R\$10,64 para 2 UFIRs, ao mesmo tempo em que aumentamos a dos agrotóxicos, por sugestão do IMA, para fazer a compensação prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal. Com essas duas medidas, já vamos reduzir sensivelmente o preço, para que os produtores rurais, os agricultores, os pecuaristas - aqueles que produzem para a alimentação do nosso povo e do Brasil e, em certos casos, produzem para exportar - sejam desonerados de tanto peso. Outras medidas virão, e estaremos aqui anunciando.

Esta Casa deu uma grande contribuição para corrigir essas distorções que impediam nossos produtores de competir no mercado nacional. Esse trabalho conclui-se hoje, e começa agora uma nova etapa, que é a dos projetos de lei. Pedimos a todos os nossos pares desta Casa, a todos os partidos que nos apoiem para vermos esse projeto fazendo parte das leis deste Estado, a fim de corrigirmos tantas aberrações que existem hoje em relação às taxas.

O Deputado João Leite* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, tivemos a oportunidade de discutir o assunto abordado pelo Projeto de Lei nº 1.078/2000, de autoria do Deputado João Paulo, em outras ocasiões, na Comissão de Defesa do Consumidor, ou seja, o entendimento do agente financeiro de lançar o nome do mutuário em atraso no SPC.

Tivemos oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de falar sobre a nossa posição em relação a essa questão. Penso que, já discutido esse assunto por algumas vezes, até com representantes das associações de mutuários, com representantes do Sistema Financeiro da Habitação, com vários Deputados desta Casa, o Deputado João Paulo - creio que em bom momento - fez com que se torne lei essa questão, que, de alguma forma, é defendida por grande parte dos Deputados. Espero que a Assembléia Legislativa possa aprovar esse projeto de lei.

Entendemos que - e sei que foi com esse sentimento que o Deputado João Paulo propôs essa legislação; aliás, também pensamos como ele - fazer uma relação entre a moradia da pessoa e um bem, um eletrodoméstico adquirido numa loja é impossível. Enquanto podemos dizer que uma compra feita numa loja pode ser considerada supérflua, conforme o produto adquirido, a moradia não o é.

O Governo deveria dar condições para que o cidadão tenha a sua moradia. Se, em alguns momentos de sua vida, por desemprego ou qualquer outra condição adversa, deixa de pagar o Sistema Financeiro da Habitação, consideramos que não é justo que seu nome seja lançado no cadastro do Serviço de Proteção ao Crédito. Entendemos, neste caso, que o Estado deveria considerar inclusive sigilosas essas informações em relação aos mutuários, porque - repito - deve ele dar condições de moradia ao cidadão. Nesse caso específico, então, devem ser buscadas as condições, os meios, deve ser dada ao brasileiro a condição de vencer o momento de dificuldade e permanecer com sua moradia. Por isso, o nosso

entendimento é favorável ao projeto, para que não seja permitido o lançamento desses nomes no cadastro de Serviço de Proteção ao Crédito.

O Deputado João Paulo (em aparte)* - Nobre Deputado João Leite, fico satisfeito com a ordem com que as questões estão colocadas, porque o pronunciamento de V. Exa. valoriza de forma muito especial a minha iniciativa.

Pelo que percebo, V. Exa. fala em seu nome próprio e, certamente, em nome de mais alguns colegas com quem debateu o projeto. Mas gostaria de deixar uma informação, que é um nó de desate, que clareia de maneira solar essa questão e que não está nem no corpo nem na justificação do projeto: o nome do cidadão inadimplente, em tese, só pode ser levado ao cadastro de mau pagador se, de fato, comprou e é dono. Se tem uma relação comercial, uma relação de consumo que não lhe garante a propriedade, o nome dele não pode ser levado ao cadastro. Ele não é dono, só se torna dono depois de pagar a última prestação. Isso, depois que se paga o carnê convencional, que o agente financeiro chama para renegociar o saldo devedor e que se paga, também, o saldo devedor. Ai, ele é dono. Antes disso, o proprietário é o agente financeiro. Então, ele não pode ter o nome gravado no SPC, se não é dono daquele objeto, se não é dono da casa. Só será dono, depois que pagar. É diferente de comprar um sapato, usá-lo, e o sapato acabar, de comprar uma camisa e ela acabar. A casa é diferente, porque ele é apenas um mutuário-usuário, só será proprietário quando pagar a última prestação. Essa é a inspiração que encontrei para apresentar o projeto. Fico feliz com o apoio de V. Exa., que engrandece minha iniciativa. Obrigado.

O Deputado João Leite* - Agradeço o aparte esclarecedor do Deputado João Paulo. O Deputado acerta, também, a indicação do partido de aprovar essa matéria. Votaremos favoravelmente à proposta do Deputado João Paulo, entendendo que ela vem corrigir uma injustiça muito grande com essas pessoas, como ele disse muito bem, que ainda não são proprietários. Estão pagando. Repito: a moradia tem uma função social, o serviço financeiro habitacional tem de ter uma função social e o Estado tem de dar condições de moradia. Penso que essa iniciativa do Deputado João Paulo, apoiada pela Assembléia Legislativa, dará segurança e tranquilidade, será um apoio para os mutuários, para aqueles que estão pagando seus planos, para, no final, ter sua casa própria. Por isso, gostaria de expor aqui nosso pensamento em relação a essa matéria, esperando que, efetivamente, a Assembléia Legislativa aprove esse projeto de lei. Repito: essa questão já foi tratada várias vezes, na Comissão de Defesa do Consumidor e, agora, temos a oportunidade de fazer desse tema uma lei, para que o Estado, o sistema financeiro habitacional, acompanhem e obedeçam a essa legislação. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 2/8/2001, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, 1.576, de 15/12/98, e 1.993, de 20/2/2001, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.763, de 1999, 1.965, 2.073, de 2001, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo, conforme abaixo discriminados:

Gabinete do Deputado Irani Barbosa

exonerando Marisa Ferreira Amorim do cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas;

exonerando Roberta Graneiro Chaves Costa do cargo de Técnico Executivo de Gabinete I, padrão AL-40, 8 horas;

nomeando Carmem Lucia Martins Soares para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas;

nomeando Marisa Ferreira Amorim para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete I, padrão AL-40, 8 horas.

Gabinete do Deputado Marcelo Gonçalves

exonerando, a partir de 16/8/2001, Leonardo Pereira Chaves do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão AL-02, 4 horas.

Gabinete do Deputado Mauri Torres

nomeando Graziella de Araújo Lage Pinheiro para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.